

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

Extra, extra: a intolerância religiosa virou notícia.

A intolerância contra as religiões de matriz africana abordada no jornal online

O Globo e no site G1 nos anos de 2012 a 2016.

Claudia dos Santos Teixeira

Porto Alegre

2018

Extra, extra: a intolerância religiosa virou notícia.

A intolerância contra as religiões de matriz africana abordada no jornal online

O Globo e no site G1 nos anos de 2012 a 2016.

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Coorientador: Marcelo Tadvald.

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha religião, pois sem ela eu não teria chegado até aqui. Aos meus Orixás e guias espirituais que me conduzem em um caminho de luz, minha eterna gratidão. Ao contrário do que muitos possam imaginar, eles são os maiores incentivadores do estudo e do conhecimento. Agradeço a minha mãe carnal e espiritual, Leda de Oxum, pela mãe maravilhosa, presente e o motivo pelo qual ingressei no curso de história. Não me restava outra alternativa tamanha a sua insistência para que me torna-se uma historiadora. Te amo mãe mais que o infinito!

Ao meu Professor e Orientador Luiz Alberto Grijó que prontamente aceitou me orientar me motivando e abraçando junto comigo esse tema tão relevante para mim apresentado nesse trabalho. Ao meu Professor e Coorientador Marcelo Tadvall da área da antropologia que desde o início da pesquisa esteve presente me mostrando o caminho antropológico a trilhar. Vocês foram fundamentais e serei eternamente grata!

A minha querida Michelle Selister e ao Professor Luiz Dario que em meus três anos de Comgrad me ensinaram de tudo um pouco sobre a vida acadêmica e compartilharam comigo as dores e as delícias da minha pesquisa.

Minha eterna gratidão ao colega Diogo Schmidt que me apresentou a antropologia e me trouxe muitas informações as quais eu desconhecia; Lucas Rangel um amigo e um suporte nas questões de pacote Office; Alexssander Silva o anjo que habita entre nós e a Camila Alves e Thais Moreira duas pequenas notáveis. Vocês são ótimos!

Agradeço a muitos Professores do curso de História que além de excelentes em sala de aula, são dotados de extrema humildade e mais do que conhecimento acadêmico, proporcionam o crescimento do ser humano, do indivíduo enquanto estudante e um ser integrante de uma sociedade.

Axé

RESUMO

Este trabalho trata do tema intolerância religiosa, mais especificamente a batalha entre neopentecostais e afrorreligiosos, ou seja, a intolerância contra as religiões de matriz africana no Brasil. Suscita-se compreender quando teve início esse processo em conformidade com o período a ser avaliado, as motivações e repercussões desse confronto, notadamente a partir do envolvimento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e do porquê dos cultos afros terem se tornado seu elemento de antagonismo. Ademais, procura-se compreender como se comportam os representantes e seguidores afro diante desse cenário. Para tanto, analisou-se a repercussão midiática em matérias vinculadas no jornal online O Globo e no site de notícias G1 entre os anos de 2012 a 2016

Palavras chave: Intolerância, neopentecostais, afrorreligiosos, mídia.

ABSTRACT

This work deals with the theme of religious intolerance, more specifically the battle between neo-Pentecostals and Afro-Brazilian religious, that means, intolerance against African matrix religions in Brazil. We try to understand when this intolerance has begun within the period evaluated, motivations and repercussions of this confrontation, especially from the involvement of The Universal Church of the Kingdom of God (from Igreja Universal do Reino de Deus - IURD) and why Afro-Brazilian cults have become their element of antagonism. Moreover, it tries to understand how the Afro representatives and followers behave in this scenario. In order to do so, we analyzed the media repercussion in related articles published on the online newspaper O Globo and the G1 news site between the years 2012 to 2016.

Keywords: Intolerance, neo-Pentecostals, Afro-Brazilian religious, media.

SUMÁRIO

MANIFESTO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. INTOLERÂNCIA NO MUNDO E NO BRASIL.....	18
2.1 Historicidade dos campos em tensão:	
afrorreligiosos versus neopentecostais.....	23
3. A REPERCUSSÃO NA MÍDIA.....	32
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

MANIFESTO

POVO DE TERREIRO É POVO TRABALHADOR

PELA GARANTIA DE DIREITOS, POR UM ESTADO LAICO E DEMOCRÁTICO.

O Brasil está se tornando um espaço cada vez mais temerário de sobrevivência dos segmentos sociais periféricos. A história do país é marcada pela construção de uma rede de privilégios para um grupo pequeno de homens brancos heterossexuais cristãos e economicamente abastados. Essa rede de privilégios acabou por se transformar na própria cultura brasileira. No século XXI os grupos sociais que historicamente ficaram de fora deste “centro de poder e privilégios” conquistaram – após gerações de luta incansável – alguns espaços, o que faz com que os que estão neste “centro” se sintam ameaçados e logo recrudesçam o seu conservadorismo intolerante propagandeando uma visão mais retrógrada e até anacrônica. Essa visão é propagada pela agenda cristã fundamentalista – católicos e evangélicos. Essa agenda procura clerocratizar (BOBSIN) nosso país. As bancadas evangélicas, sobretudo a do Congresso Nacional, ganharam muito poder nos últimos 15 anos. Estabeleceram-se na política e lá vetam grandes projetos de garantia de direitos dos segmentos desfavorecidos pelo sistema ao mesmo tempo em que se colocam a favor das propostas do presidente Temer que visam sucatear a Previdência e Seguridade Social, e aniquilar os direitos trabalhistas conquistados. O povo de terreiro não é apenas um povo religioso, mas também é trabalhador. Atua em várias frentes de trabalho, desde os mais humildes até as grandes empresas, e está atento às propostas robinhoodianas às avessas do governo Temer, onde tudo é tirado dos pobres enquanto que aos ricos são dadas garantias (MAIZTEGUI). As comunidades tradicionais de matriz africana são espaços de preservação das tradições africanas nas Américas e também são espaços históricos de resistência e de luta por direitos, pela Democracia e pela garantia da laicidade do Estado brasileiro. É extremamente importante que o Estado brasileiro seja laico para garantir que todas as religiões tenham vez e voz. A clerocratização do Estado silenciará todas as tradições religiosas que não coadunam com aqueles que estiverem no poder. A reivindicação da laicidade do Estado é a busca pela garantia do exercício da liberdade religiosa. A sociedade brasileira é plural, por isso a Democracia é o único sistema político que pode consolidar a harmonia social. Ao longo da história dos sistemas políticos a própria Democracia se transformou de acordo com os períodos históricos e locais em que foi aplicada, mas hoje é associada à noção de equidade de direitos para todos e todas. Para as comunidades tradicionais de matriz africana a manutenção da Democracia é de suma importância, pois são estas as que mais sofrem com a descaracterização de seus pressupostos civilizatórios. Portanto é impreterível que a Democracia seja fortalecida, pois somente ela é que pode manter o caráter laico do Estado que mediará os conflitos de forma isenta, como deve ser. Marchamos para garantir que nenhum dos direitos dos trabalhadores seja retirado; para garantir um Estado laico e democrático; para garantir que o papel do Estado como protetor de seus cidadãos seja cumprido.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2018.

Comissão Organizadora da X Marcha pela Vida e Liberdade Religiosa.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo tratar da questão intolerância religiosa, mais especificamente contra as religiões de matriz africana. Optei por trabalhar com esse conceito, em virtude do crescimento exponencial de insultos e agressões que vem ocorrendo no país, em que a intolerância, pauta tais atos. O termo não está atribuído apenas a fatores religiosos, pelo contrario, no cenário atual, podemos observar vários tipos de intolerância: social, racial, sexual, política, ideológica... Essa manifestação pressupõe uma falta de aceitação e percepção em relação a alguém ou a alguma situação. Em uma perspectiva social, pessoas que são intolerantes não concordam com as diferenças no modo de pensar e de agir do outro e que seja diferente do seu, contrastando com ideias e culturas pré-estabelecidas, padrões forjados pela sociedade que impõe a todos, apenas um protótipo de vida exemplar a ser seguido.

No caso da intolerância religiosa ,alguns grupos de evangélicos neopentecostais agredem os afrorreligiosos depreciando sua liturgia e seus adeptos objetivando uma questão tanto mais mercantil do que religiosa. A exemplo da igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a maior denominação neopentecostal do país e uma das maiores do mundo (TADVALD, 2015) que comercializa a fé e sua doutrina é interessante para essa instituição, penetrar nas camadas inferiores da sociedade onde reside um grande número de adeptos, seguidores e simpatizantes dos cultos afros. Trabalhando sob a perspectiva da *Teologia da Prosperidade*, é justamente nas camadas mais periféricas da sociedade que a IURD acredita ter seu poder de inserção. Mas para empreender suas atividades, é preciso banir com a “concorrência”. Para isso, cria representações satânicas e demoníacas baseadas na cultura afrorreligiosa nacional para legitimar seus ataques aos cultos afros instituindo no imaginário de seus fiéis a crença de que o demônio é responsável por todas as mazelas pessoais e sociais e que a redenção só virá com a sua extinção. A partir dessa lógica de que os demônios estão representados nas figuras dos Orixás, Caboclos, Pretos Velhos, Exús e todas as divindades que compõem o panteão afrobrasileiro, a batalha a ser travada é junto aos afrorreligiosos. No item Historicidade dos campos em tensão, veremos porque os ataques se voltaram mais para as religiões de matriz africana e não para a Igreja católica, por exemplo, que ainda possui o maior numero de fiéis no Brasil.

Antes de entrar mais profundamente na questão que envolve neopentecostais *versus* afrorreligiosos, o subitem *Discussão Teórica e Revisão Bibliográfica* trará as considerações a respeito das referências teóricas e a revisão bibliográfica que contribuíram para a construção desse trabalho. Nele constam os autores e as obras analisadas que deram sustentação para as argumentações. No capítulo 2 *Intolerância no Mundo e no Brasil* serão apresentados dois casos distintos envolvendo intolerância religiosa: o cristianismo no estado romano e a problematização do fundamentalismo islâmico. O capítulo conta ainda com o subitem *Historicidade dos Campos em Tensão* que trata mais especificamente do embate entre evangélicos neopentecostais e afrorreligiosos: nesse capítulo veremos a origem dessa questão, suas motivações e como se comportam os atores envolvidos. No capítulo 3 *A Repercussão na Mídia* apresenta-se uma análise de nove publicações referentes ao assunto, a relevância dos meios de comunicação diante de assuntos sociais considerando o statu quo, em que questiona-se, qual a consideração da imprensa em relação ao assunto e como se posicionou diante dessa questão. Desde o início do século XVI já ocorriam perseguições aos cultos afros no Brasil e em meados do século XX a imprensa colaborou com a divulgação da degradação pública das religiões de matriz africana. De lá para cá, surgiram pequenos avanços que timidamente vem ajudando a desmarginalizar as religiões de matriz africana e nesse contexto se insere a mudança de posicionamento da própria imprensa.

Os ataques dos neopentecostais ao povo de matriz africana emergem para além do interior de suas igrejas ganhando espaço nas mídias que pertencem às igrejas evangélicas e que tiveram um aumento considerável nos últimos anos, no espaço público com pregações em estações de metrô, dentro dos ônibus e depredações em números alarmantes a templos de cultos afros. Os ataques, a depredação e o vilipêndio tornaram-se práticas corriqueiras em alguns setores neopentecostais e em “nome de Deus” organizou-se uma perseguição espiritual a setores sociais particulares, notadamente os afrorreligiosos.

O problema de pesquisa

O problema de pesquisa histórica abordado nesse TCC é o de levantar os ataques que algumas igrejas neopentecostais direcionam para as religiões de matriz africana, suas origens e motivações. Essas questões estão diretamente relacionadas ao crescimento da intolerância religiosa contra as religiões afro. Essa perseguição tem a

sua origem nas igrejas evangélicas neopentecostais, mais especificamente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Fundada em 1977 pelo bispo Edir Macedo, a IURD, que segue com Edir Macedo à frente da dominação e o mais importante bispo da instituição, tem na natureza do seu discurso os ataques direcionados as religiões afro e seus adeptos. O neopentecostalismo reproduz uma crença no demônio o qual seria o causador de males e problemas que atingem a sociedade em geral. Sendo assim, ele cria no imaginário dos seus fiéis uma instância existencial que precisa ser eliminada.

Em seu artigo *“Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos Símbolos da Herança Africana no Brasil”*, SILVA utiliza o termo “ataque” no sentido de uma investida publica de um grupo religioso contra outro. Certamente no ponto de vista do “atacante”, essas investidas se justificam por convicções religiosas.

E, desse ponto de vista, o termo é visto como sinônimo de “evangelização”, “libertação” etc. Faz parte, aliás, de um léxico “belicoso” (no qual figuram outros termos como “batalha”, “guerra santa”, “soldado de Jesus” etc.) presente no discurso neopentecostal que descreve suas ações contra o demônio e os sistemas religiosos que supostamente o cultuam. (SILVA, 2007, p. 9).

Considerando o expressivo aumento desses ataques, que extrapolaram as paredes das igrejas evangélicas, ganhando as ruas, passando a ser externados de maneira verbal e até mesmo com atos que vão desde agressões físicas aos seguidores de religiões afro a depredações dos terreiros de matriz africana, é relevante a discussão sobre o assunto. Nos últimos anos ocorreu um pequeno, mas significativo aumento da divulgação desses ataques pela mídia (TADVALD, 2015) matérias que trazem estatísticas, casos de agressões e entrevistas. Assim, dentre outras possibilidades e referências, optou-se aqui por uma breve análise do período que vai de 2012 a 2016 utilizando o jornal online oglobo.com e o portal de notícias g1.com sobre o conteúdo vinculado por esses periódicos devido a sua considerável penetração e difusão na sociedade nacional.

Justificativa

No dia 3 de fevereiro de 2015 na Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul, a deputada estadual Regina Becker Fortunati¹ propôs um projeto de lei (PL 21/2015) para revogar o parágrafo único do art. 2º da lei 11.915, de 21 de maio de 2003 que concedia o direito no Código Estadual de Proteção aos animais os religiosos de matriz africana realizar ritos de imolação de animais em seus rituais sagrados. A proposta gerou reações imediatas por parte de lideranças religiosas e adeptos das religiões de matriz africanista.

Todo esse projeto teve repercussão apenas em grupos como os africanistas, simpatizantes de grupos excluídos como indígenas, homossexuais e negros. De outro lado, com participação em menor escala, estavam os ativistas da causa de proteção aos animais. Durante esse processo, que durou de fevereiro a junho de 2015, causou muito estranhamento a pouca visibilidade e atenção dada por parte da imprensa escrita. Como exemplo a TV Record, integrante do sistema comercial e midiático desenvolvido pela IURD, assim como veículos do seu grupo, não se posicionaram em virtude da sua ideologia religiosa ser compatível com a da deputada Regina que criou o projeto ficando assim suspensa uma falsa neutralidade, tendo em vista que ao noticiar argumentos favoráveis a deputada, estaria indo provavelmente de encontro a alguns telespectadores dos seus programas de cunho popular, que são adeptos das religiões afro, optando assim por não se comprometerem com nenhum lado. Já o Grupo RBS e seus veículos de comunicação muito pouco se pronunciaram e quando o faziam, traziam informações equivocadas e prejudiciais aos religiosos, usando termos que corroboravam com a discriminação as quais os religiosos enfrentam historicamente.

Em busca de atualizar as poucas notícias que vinham sendo vinculadas e tentar o apoio da mídia, eu que participava ativamente das manifestações, procurei o grupo RBS, mais especificamente o programa Jornal do Almoço que lançou algumas notas as quais continham erros para que os corrigissem. Em seu noticiário, persistiam no termo *sacrifício de animais*, quando o termo correto é *imolação*. O termo utilizado insistentemente por eles reforçava aos opositores a ideia de que os animais eram apenas

¹ A deputada foi eleita pela primeira vez em 2014 com 46.788 votos, e sua campanha foi totalmente centrada na sua atuação como defensora dos animais e na figura de esposa de José Fortunati, então prefeito da capital gaúcha. Mas sua condição, assim como a de seu marido, de membros de uma denominação evangélica propiciou uma votação expressiva junto a este segmento religioso, apesar da identidade religiosa dos mesmos não ter sido acionada diretamente na campanha eleitoral.

“sacrificados” e isso não gerava nenhum sentido. Por telefone “demonstraram” interesse pelo assunto e marcaram um local na frente da Assembleia para que os religiosos pudessem dar entrevistas e se pronunciar. Ninguém da imprensa apareceu. Algumas matérias foram feitas a revelia dos que estavam diretamente envolvidos ficando a cargo da equipe de reportagem montar a notícia segundo seu próprio viés, o que depõe, inclusive, contra a boa prática jornalística, em que se considera “escutar a todos os lados” de uma questão. Simultaneamente a esse episódio vinha ocorrendo no centro do país ataques violentos de neopentecostais aos religiosos de matriz africana que possui várias vertentes pelo Brasil tais como: o Tambor de Mina no Maranhão, o Candomblé na Bahia, a Macumba no Rio de Janeiro e o Batuque no Rio Grande do Sul.

Em face desses acontecimentos resolvi pesquisar algumas notícias e suas abordagens sobre tais fatos e como as mesmas eram divulgadas. Alguns jornais e blogs foram mais participativos em relação ao assunto. O meu intuito era justamente o de perceber como esses veículos se manifestavam com os fatos relacionados ao tema. Um trabalho de pesquisa mais refinado me conduziu a escolha de dois veículos do Grupo Globo: Jornal O Globo online e Portal G1. Minha escolha por esses veículos se deram pelo fato de independentemente de questões ideológicas, o Grupo Globo é o maior conglomerado de mídia do Brasil e da América Latina, destarte um dos maiores do mundo. Essas mídias estão disponíveis de forma gratuita sem a necessidade de assinatura ao alcance de qualquer pessoa que tenha acesso a internet. Esse foi um dos principais motivos da minha escolha, mídias que estivessem ao alcance de um número maior de pessoas e com grande visibilidade. Outra motivação foi a possibilidade de trabalhar com a história do tempo presente.

Objetivo

Com os constantes ataques sofridos pelos afroreligiosos, ataques esses oriundos de algumas igrejas neopentecostais, torna-se necessária à discussão; o esclarecimento e como os meios de comunicação se manifestam nesses conflitos. Cada vez que uma notícia é vinculada, ela reflete em algum grupo da sociedade que se identifica com essa informação. Foram esses grupos, identificados com o tema, que fizeram com que o assunto intolerância religiosa rompesse barreiras das classes às quais estariam mais identificados e ocupassem espaços na mídia. Casos que ocorreram e que ainda ocorrem, tomam maior vulto com o advento da internet, propiciando a divulgação dos

acontecimentos e a mídia não poderia se excluir da contribuição para esse debate trazendo as notícias relacionadas a essas intolerâncias em seus veículos de comunicação.

Mas antes de chegar ao assunto proposto, o trabalho brevemente vai relembrar casos mais antigos de intolerância religiosa relacionada ao cristianismo e mais contemporâneos do islamismo que marcam a história. Diferentemente do que vem ocorrendo agora, a história se apropria muito bem dessa temática nos oferecendo uma vasta historiografia. O tema intolerância religiosa vem sendo largamente discutido e a intenção desse trabalho é de contribuir com o debate apontando para uma estrutura bibliográfica a respeito do assunto e sua repercussão na imprensa. Ele não se pretende concluído, pelo contrário, a proposta é que sirva como instrumento catalisador dessa questão, para que, futuramente, possamos contar com materiais historiográficos relacionados aos acirrados embates que vem ocorrendo com neopentecostais e afrorreligiosos, é preciso trazer o assunto e somar a uma ampla pesquisa desse campo.

Considerações a respeito das referências teóricas.

O assunto intolerância tem sido muito discutido na atualidade. Uma onda de intolerância vem atingindo várias esferas como a religiosa, racial, socioeconômica e a de orientação sexual (homofobia misogenia) produzindo discursos de ódio e uma sucessão de ataques violentos de toda ordem no Brasil e no mundo. A intolerância religiosa a que se destina esse trabalho, mais especificamente, a intolerância contra as religiões de matriz africana no Brasil, vem sendo amplamente discutida e criando espaços no universo acadêmico. A exemplo disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) conta desde 1996 com O Núcleo de Pesquisas da Religião (NER)² que visa a discussão, problematização e debates a cerca das religiões incluindo

² O NER foi fundado em 1996, como um dos núcleos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. A sua criação partiu da colaboração anterior em pesquisas e atividades conjuntas realizadas pelos professores Ari Pedro Oro e Carlos Alberto Steil e por estudantes de graduação e pós-graduação sob suas orientações. Alguns anos mais tarde, depois da conclusão de seu doutorado, o professor Bernardo Lewgoy integrou-se ao núcleo. Em 2010, o professor Emerson Giumbelli passou a fazer parte do corpo docente do PPGAS/UFRGS e do NER. O mesmo ocorreu com a professora Raquel Weiss, do PPGS/UFRGS, a partir de sua dedicação ao estudo do tema da moral na obra de Durkheim. O Núcleo de Estudos da Religião é um espaço aberto e democrático de investigação, formação, extensão e intercâmbio nacional e internacional na área de estudos da religião. Sua equipe é constituída por professores, pós-doutorandos e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS, assim como por pesquisadores associados de outras instituições de ensino e pesquisa. Os temas investigação de sua equipe incluem tanto estudos de tradições religiosas como catolicismo, protestantismo, religiões de matriz africana, espiritismo, nova era, quanto as múltiplas e complexas articulações entre religião e modernidade; política secularização e laicidade; globalização e internacionalização religiosa; sexualidade,

nessa pauta as religiões de matriz africana, suas tipificações e a origem e manutenção de sucessivos ataques os quais são vítimas, oriundos de grupos religiosos denominados neopentecostais. A Universidade de São Paulo (USP), também conta com um grupo de pesquisas o Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e das Culturas Negras (CERNe)³ destinado, entre outros, a debater assuntos ligados a intolerância afrorreligiosa.

Dentre outros pesquisadores dignos de lembrança, os Professores e antropólogos Ari Pedro Oro (UFGRS), Marcelo Tadvald (UFGRS) e Vagner Gonçalves da Silva (USP) possuem em suas obras um vasto repertório voltado para religiões e mais especificamente as religiões afro. Os trabalhos realizados por Oro, Tadvald e Silva discutem o início, a origem e a configuração dos ataques das igrejas evangélicas aos templos e adeptos das religiões afro. As produções a respeito do assunto realizadas por esses antropólogos convergem para um ponto que é o mote desse trabalho: a intolerância contra as religiões de matriz africana. É possível encontrar muita produção acadêmica de diversas áreas e setores discutindo esse embate entre afrorreligiosos e neopentecostais. Trabalhos realizados na área da comunicação, economia e políticas públicas auxiliam para essa discussão trazendo outras observações que contribuem para o debate, tendo em vista que esses enfrentamentos acabam gerando reflexos sociais e econômicos apontando para o aumento da violência, a falta de políticas públicas e o

gênero e direitos humanos no campo dos movimentos religiosos, entre outros. A produção de seus pesquisadores se expressa em artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais qualificados, em livros e em teses e dissertações. A sua revista, Debates do NER, publicada semestralmente, tem sido um periódico de referência na área dos estudos da religião. Disponível em: << www.ufgrs.br/ner>>.

³ O CERNe, Centro de Estudos de Religiosidades Contemporâneas e das Culturas Negras, é um grupo de pesquisa do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, formado por pesquisadores desta e de outras instituições universitárias, situados em diferentes níveis da carreira acadêmica, interessados em discutir questões teóricas e metodológicas relativas a dois campos:

1. O das religiosidades contemporâneas articuladas ou não em sistemas institucionalizados no Brasil e fora dele (religiões afro-brasileiras, catolicismo, protestantismo, pentecostalismo, islamismo, judaísmo, budismo, santo daime, esoterismos, entre outras)
2. O das “culturas negras” entendidas como expressões socioculturais plurais e multiétnicas decorrentes dos contatos entre África, América e Europa, enfatizando, entretanto, as contribuições das orientações cognitivas dos povos de origem africana na dinâmica das sociedades locais e diaspóricas. Nesse campo, são interesses do grupo os temas ou análises, entre outras, dos processos de construção das relações e identidades étnico-raciais, patrimonialização da cultura de origem afro-brasileira, políticas públicas, ações afirmativas, transnacionalização e globalização, africanismos, hibridismos, mestiçagem, circularidades culturais, artes, diáspora negra etc.

O grupo está voltado para atuar especialmente nas linhas de pesquisa *Antropologia das Populações Africanas e Afro-brasileiras* e *Religiosidade Popular e Instituições Religiosas* num diálogo o mais profícuo possível com os outros núcleos já existentes no Departamento de Antropologia da USP e fora dele. Disponível em: << <https://cerneusp.wordpress.com/sobre>>>.

posicionamento da imprensa perante esse cenário. Os trabalhos realizados pelos antropólogos supracitados tais como livros e artigos, serão mais bem apresentados no tópico revisão bibliográfica, de sorte que aqui vale ressaltar a importância da contribuição antropológica para a historiografia.

A antropologia serve como rica fonte de informação sobre religiões através de pesquisas e trabalhos de campo realizados na área. Atentando para essas fontes, a historiografia pode ajudar na construção desse conhecimento problematizando os fatos e as circunstâncias em cada período ocorrido. É importante que a História se ocupe dessa temática religiosa bem como faz com a História política, social e econômica. Com altos índices de religiosidade e da diversidade religiosa existente no Brasil e com todas as discussões geradas em torno desse assunto, é importante para a construção histórica que ele seja estudado e analisado pelo campo da historicidade.

A história social tem como objetivo pesquisar questões distanciadas das elites, ou seja, pesquisar as questões relacionadas às camadas menos privilegiadas da sociedade. Esses estudos possibilitam dar visibilidade para grupos à margem da sociedade promovendo também seu protagonismo na história. A história social tomou fôlego com a terceira geração da Escola dos Annales por intermédio do historiador inglês Edward Palmer Thompson, apontado como o maior historiador do século XX. Thompson fez parte de um grupo que se engajava com a história vista de baixo. O intuito desse trabalho era debater as questões relacionadas aos camponeses, escravizados, operários, pessoas comuns ou menos beneficiadas da sociedade. Unificar a história e a antropologia fornece uma contribuição para a historiografia voltada aos estudos religiosos, mais especificamente ao campo afroreligioso onde ainda reside certa dificuldade relacionada a esse assunto. A antropologia bem estuda como ocorrem as relações, o comportamento humano em sua sociedade. Mas para que a história não se ressinha, é necessário que ela também registre e participe desse processo em conjunto com a antropologia, pois o registro histórico é fundamental para estudos posteriores. É também compromisso histórico atentar para esse novo tipo de reflexão.

Revisão bibliográfica.

Esse trabalho conta com a contribuição de obras na área da antropologia para a sua base e composição. Em se tratando de intolerância religiosa, mais especificamente de intolerância a religiões de matriz africana, é na antropologia que se encontra um alto

índice de material relacionado ao assunto. Nesse contexto antropológico também se insere uma gama de publicações a respeito dos ataques de evangélicos neopentecostais, mais particularmente da (IURD) aos afrorreligiosos. Faz parte dessa construção vários artigos, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e revistas científicas de núcleos religiosos de Universidades. Vários textos relacionados a essas religiões, para além do tema tratado aqui nesse trabalho, podem ser encontrados em uma variedade de publicações já realizadas.⁴

As argumentações apresentadas nessa pesquisa estão presentes nas obras de ORO (1997, 2002, 2007). Nesses trabalhos o autor aponta para um cenário de confrontos entre neopentecostais e afrorreligiosos e a configuração ocasionada por esse conflito apontando para suas prováveis causas, repercussões e ainda como se manifestam os representantes e seguidores das religiões afro. Nos textos de TADVALD (2015, 2015, 2016) é realizada uma abordagem voltada para o campo afrorreligioso e

⁴ Aqui, a título de informação, constam alguns trabalhos realizados pelos antropólogos acima citados e que versam sobre outras temáticas afro e neopentecostais.

ORO, Ari Pedro. O neopentecostalismo macumbeiro. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 319-332, dezembro/fevereiro 2005-2006

_____, AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS DO RIO GRANDE DO SUL. DEBATES DO NER, PORTO ALEGRE, ANO 9, N. 13 P. 9-23, JAN./JUN. 2008

_____, Liberdade religiosa no Brasil: as percepções dos atores sociais. In: ORO, A. P. et ailli (Orgs.). A religião no espaço público: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 181-193.

TADVALD, Marcelo. Ciberespaços para a crítica: Difusão e imagens da Igreja Universal pelo ciberespaço latinoamericano. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano VII, n. 20, Setembro 2014 - ISSN 1983-2850 – Dossiê Mídias, Religiões e Religiosidades.

_____, Identidade e diversidade religiosa no Brasil. Latitude, Vol. 9, nº 2, pp. 175-195, 2015

_____, RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL E AS ELEIÇÕES DE 2016: ALGUMAS TENDÊNCIAS. Debates do Ner, ano 18, v. 1, n. 31, 2017.

SILVA, Vagner Gonçalves da. “Símbolos da herança africana. Por que candomblé” (em co-autoria com Rita Amaral). In: SCHWARCZ, Lilia & REIS, Letícia (orgs.)- Negras Imagens. Ensaio sobre escravidão e cultura. Edusp e Estação Ciência, 1996. pp.195-209.

_____, “A cor “do axé - brancos e negros no candomblé de São Paulo”. (em co-autoria com Rita Amaral). In: : MOURA, Carlos Eugênio M. de (org.)- Somàwò – O amanhã nunca termina. São Paulo, 2005. Empório de Produção, pp. 133-161.

_____, “Arte religiosa afro-brasileira - As múltiplas estéticas da devoção brasileira”. In: A Divina Inspiração Sagrada e Religiosa – Sincretismos (Catálogo de Exposição), São Paulo, Museu Afro Brasil. pp 118-205. (Republicado em: Debates do NER; Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, Ano 9, n. 13, 2008, p. 97-114).

neopentecostal analisando o cenário evangélico, sua Teologia da Prosperidade e inserção no “mercado” religioso. Nos trabalhos de SILVA e TADVALD são apresentadas questões como o surgimento da IURD, sua liturgia e os princípios que regem seus ataques, principalmente as religiões de matriz africana, símbolo do atraso combatido pela Teologia da Prosperidade e “habitat” dos demônios nesta concepção evangélica. Para essas questões foram apresentados os textos de SILVA (2007, 2005, 2007). Nesses trabalhos aparece desde o surgimento da IURD, a mais contundente no combate as religiões de matriz africana, sua solidificação, o perfil da liderança máxima e bispo da IURD, Edir Macedo, a justificativa para impor seus ataques e o modo como tentam legitimar suas ações.

Nesse sentido também foram escritos diversos artigos que contribuem com o debate na busca de repercutir essa questão⁵. Varias áreas vem ocupando-se em debater

⁵ ORO, Ari Pedro. O atual campo afro-religioso gaúcho. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 556-565, set.-dez. 2012

TADVALD, Marcelo, GONZAGA, Francisco Abrahão. O Conselho Estadual do Povo de Terreiro: religiões afro-brasileiras e políticas públicas no Rio Grande do Sul. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 53, N. 2, p. 253-261, mai/ago 2017.

SILVA, Marina Barbosa e. As religiões afro-brasileiras e a intolerância religiosa em Porto Alegre: uma luta pela legitimidade da herança africana (XI Congresso Luso Afro de Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia. UFBA. Salvador . Bahia, 2011.

TADVALD, Marcelo. Direito litúrgico, direito legal: a polêmica em torno do sacrifício ritual de animais nas religiões afro-gaúchas. In: *Revista Caminhos*, Goiana, v. 5, n. 1, p. 129-147, jan./jun. 2007.

TADVALD, Marcelo. Ciberespaços para a crítica: Difusão e imagens da Igreja Universal pelo ciberespaço latinoamericano. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano VII, n. 20, Setembro 2014.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO, Erico Tavares de; SCURO, Juan O SACRIFÍCIO DE ANIMAIS NAS RELIGIÕES AFRO- BRASILEIRAS: UMA POLÊMICA RECORRENTE NO RIO GRANDE DO SUL. *Relig. soc.* vol.37 no.2 Rio de Janeiro May./Aug. 2017.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. PERSEGUIÇÃO AOS CULTOS DE ORIGEM AFRICANA NO BRASIL: O DIREITO E O SISTEMA DE JUSTIÇA COMO AGENTES DA (IN)TOLERÂNCIA. www.publicadireito.com.br.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. PRECONCEITO, ESTIGMA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n. I, p. 239-264

Racismo Ambiental e Supressão de Espaços Litúrgicos Naturais das Religiões de Matriz Africana: Dilemas entre Políticas Públicas de Preservação Ambiental e de Proteção às Manifestações Culturais Afro-Brasileiras. *Prim@ Facie* vol 15 numero 28 2016

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. *cadernos de campo*, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011

essa temática da intolerância religiosa que vem se propagando não apenas no Brasil, mas também no mundo. Aqui no Brasil, os casos mais extremos de agressões verbais e até mesmo agressões físicas, estão mais vinculados com evangélicos neopentecostais e afrorreligiosos, em que os afros são continuamente alvos dos neopentecostais. Essas ocorrências acabam gerando de todas as formas reflexos na sociedade. Acabam por incidir no campo político, econômico, social, na segurança pública, na área da saúde e educacional. Os aspectos e contextualizações sobre essas áreas também estarão presentes nas matérias vinculadas pelo jornal oglobo.com e pelo portal de notícias g1.com apresentadas nesse trabalho.

2. INTOLERÂNCIA NO MUNDO E NO BRASIL

Os conflitos religiosos sempre ocuparam papel importante na história. Muitos desses conflitos foram gerados por disputas de poder e também pela intolerância quando uma religião muitas vezes apenas para se legitimar tentava banir outras crenças. A intolerância com as religiões de matriz africana que ocorrem no Brasil desde o início do século XVI, se intensificaram a partir do século XX, principalmente em virtude do crescimento e propagação das mesmas no Brasil. Ainda como menciona Mandarino (2007, p. 97) a perseguição aos cultos afros ocorria por parte de juízes, promotores, advogados e policiais. Embora não tenha cessado a intolerância registrada por tais setores sociais, atualmente os ataques mais significativos e midiáticos ocorrem por parte de outras religiões, mais especificamente são oriundos dos neopentecostais como veremos adiante. Muitos conflitos anteriores a esses envolvendo outras religiões já ocorreram pelo mundo bem como apontam os dados históricos. Um breve registro

Ciência, Religião e encruzilhadas (Dossiê). Debates do NER, Porto Alegre, ano 17, n. 30, jul./dez. 2016

Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: Da desafricanização para a reafricanização.(Revista de Estudos da Religião Nº 1 / 2001 / pp. 1-21.

Distâncias e Proximidades entre Neopentecostalismo e Religiões Afro-Brasileiras: A Constituição Social do Sentido. Sacrilegens- Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF. Sacrilegens, Juiz de Fora, v.8,n.1, p.129-147,dez/2011 - I.Dias/R.Andrade - <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2011/02/8-10.pdf>

Fluxos Religiosos, Políticas e Religiões Afro-Americanas. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 23 jan/jul. 2013.

envolvendo conflitos mais antigos relacionados ao cristianismo e fatos mais contemporâneos relacionados ao Islã são retratados aqui para contribuir com o debate.

Em primeiro lugar, não podemos chegar a compreender as religiões mais recentes a não ser acompanhando na história a maneira como elas progressivamente se compuseram. A história, com efeito, é o único método de análise explicativa que é possível aplicar-lhes. Só ela nos permite decompor uma instituição em seus elementos constitucionais, uma vez que nos mostra esses elementos nascendo no tempo uns após os outros. Por outro lado, ao situar cada um deles no conjunto de circunstâncias em que se originou, ela nos proporciona o único meio capaz de determinar as causas que o suscitaram. Toda vez, portanto, que empreendemos explicar uma coisa humana tomada num momento determinado no tempo - quer se trate de uma crença religiosa, de uma regra moral, de um preceito jurídico, de uma técnica estética ou de um regime econômico - é preciso por começar por remontar a sua forma mais simples e primitiva, procurar explicar os caracteres através dos quais ela se define nesse período de sua existência, fazendo ver, depois, de que maneira tornou-se o que é no momento considerado. (DURKHEIM, 1996, p.8).

Os cristãos também foram alvos de ataques de pagãos intelectuais. Anterior a 250⁶, as perseguições que a Igreja sofreu foram locais, esporádicas e mais de origem popular do que uma estratégia de política definida. (CAIRNS, 1995, p. 70). Porém depois desta data a perseguição torna-se uma tática ampla e violenta do governo imperial romano. O pensamento de Tertuliano⁷ de que o sangue dos mártires seria a semente da Igreja transformou-se em uma apavorante realidade para muitos cristãos. A Igreja seguiu se desenvolvendo, provavelmente por esse motivo, até que no período do governo de Constantino (306 a 337) conseguiu sua liberdade de culto.

Quando a Igreja ainda era vista pelas autoridades como elemento do judaísmo, que era uma religião considerada lícita, ou seja, uma seita legal, a Igreja pouco sofreu. Quando ocorre a separação como seita distinta e se classificou como sociedade secreta, o cristianismo é interditado pelo estado romano que não aceitava nenhum rival a obediência vinda dos seus súditos. Com esse cenário, torna-se então uma religião ilícita, ilegal, considerada uma ameaça para a segurança do estado romano. Em uma união com

⁶ Todo o período é D.C.

⁷ Quinto Sétimo Florêncio Tertuliano nasceu em Cartago (África do norte) por volta do ano 160 e faleceu por volta de 230, não se sabe ao certo. Sua biografia, ainda hoje, é cheia de sombras. Segundo São Jerônimo, era filho de um centurião romano na África proconsular. Seu pai, assim como toda a sua família, era, como se diz não sem impropriedade, “pagãos”, mais precisamente cidadãos romanos que, nessa qualidade, eram naturalmente adeptos da religião pública romana, e foi essa a forma cultural na qual Tertuliano viveu até a idade adulta. **Café Filosófico – “Tertuliano: um leigo nas origens da teologia cristã latina” – 26 de Outubro de 2009 – Prof. Dr. Magno Vilela.**

a religião, o estado era o bem supremo não podendo existir religiões particulares. A religião seria tolerada se houvesse de sua parte contribuição para a estabilidade do estado. A religião cristã com seu vertiginoso desenvolvimento intimava aqueles que aceitavam a Cristo exclusiva lealdade moral e espiritual. Quando tivesse que escolher entre ser leal a Cristo ou a Cesar, a lealdade a Cesar ficava em segundo plano. (CAIRNS, 1995, p. 72).

Práticas cristãs em sua maioria corroboravam com suspeitas de deslealdade desses fiéis com o estado. Alguns exemplos são quando os cristãos se recusavam incondicionalmente a ofertar incensos em altares devotados ao culto ao imperador romano cujo bem estar do Estado estaria vinculado a mente do povo no período imperial entre Cesar Augusto e Constantino. No caso de alguém sacrificar diante desses altares, poderia exercer a prática de uma religião particular. Os cristãos não exerciam esse sacrifício e sendo considerados desleais além de realizarem as suas reuniões a noite e em segredo. Aos olhos das autoridades romanas, essas atitudes tornavam clara a preparação de uma conspiração dos cristãos contra a segurança do estado. Para além da motivação política que impulsionava a perseguição, havia a causa religiosa. A religião romana era externa e mecânica. Possuía seus altares, ídolos, ritos e praticas que o povo poderia ver. Os romanos não se importavam em acrescentar um ídolo novo ao Panteão, sendo que para isso a divindade se subordinasse as pretensões de primazia realizadas pela religião do estado. Porém os Cristãos não possuíam ídolos e em seu culto não havia nada para ser visto sendo mais espiritual e interno. Isso configurava para as autoridades romanas um ateísmo, pois estavam habituados com manifestações materiais simbólicas do seu Deus.

As reuniões secretas dos cristãos também geraram ataques morais contra eles. Foram popularmente acusados de incesto, canibalismo e de práticas desumanas. Por uma interpretação errônea do significado de “comer e beber” que são os elementos que representam o corpo e o sangue de Cristo, a classe popular da sociedade entendeu que os cristãos matavam e comiam crianças em sacrifícios ao seu Deus, assim como a expressão “beijo da paz” transformou-se em incriminação de incesto e outros modos de conduta imoral enojavam a mente cultural romana pouco importando serem esses boatos verdadeiros ou falsos.

Atualmente o problema entre Igreja e estado ainda vive e em muitos países os cristãos são tolerados apenas pela lei sendo que em outros lugares enfrentam perseguições do Estado que não admite ser rivalizado. O nome contemporâneo desse fenômeno é conhecido como “crístofobia” e está relacionado a perseguições a cristãos notadamente em países de maioria muçulmana em África e Ásia principalmente. A luta antiga da Igreja contra a perseguição possibilita a compreensão do relevante conceito contemporâneo de separação entre Igreja e Estado. “Só onde as pessoas tem a liberdade de conservar seus interesses particulares a parte dos públicos é que pode haver liberdade religiosa.” (CAIRNS, 1995, p. 76).

Atualmente os termos terroristas e fundamentalistas associados aos muçulmanos disseminou um sentimento quase que generalizado de repulsa aos seguidores do Islamismo. Esses termos designados pelo ocidente a fim de enfraquecer os adeptos do Islã tornando-os verdadeiros vilões, são questões mais geopolíticas e econômicas do que religiosas. Mesmo existindo os fanáticos entre os fundamentalistas islâmicos que recorrem ao terrorismo buscando impor sua ideologia, “o fundamentalismo é avesso a violência. Poucos fundamentalistas islâmicos são terroristas suicidas”. (CARVALHO, 2006, p. 4-5). O termo fundamentalista que surge carregado de negatividade e frequentemente relacionado a terror tornando-se usual na modernidade a fim de oferecer um caráter radical na questão Ocidente *versus* Oriente, tem em seu princípio certo caráter religioso e monoteísta.

No início do uso do conceito, porém, a situação era outra. Grupos de cristãos protestantes conservadores deram a si mesmos essa designação no início do século XX nos Estados Unidos da América do Norte. Entre 1909 e 1915 foi publicada nos Estados Unidos uma série de textos com edições superiores a três milhões de exemplares, sob o título *The Fundamentals – a Testimony to the Truth* (Os fundamentais – um testemunho em valor da verdade). Do título dessa série saiu o nome de um movimento, formado no último terço do século XIX por grupos de cristãos conservadores evangélicos. Esse foi crescendo, principalmente graças ao suporte financeiro de leigos bem-estabelecidos. Temos aqui o nascimento do fundamentalismo protestante, que determinou os Estados Unidos da América do Norte e que, em pouco tempo, começou a ser exportado para outros continentes e países. (DREHER, 2006, p. 80).

Recheado de más intenções foi associado ao Islã a fim de gerar preconceito e descaracterizar a real acepção do termo. O islamismo radical ao qual se atribui o nome de fundamentalismo islâmico, não existe como um movimento homogêneo. Em diferentes países e às vezes dentro de um mesmo país, existem muitos tipos de

fundamentalismo islâmico. Alguns são patrocinados pelo Estado e outros são genuínos movimentos populares de base. (LEWIS, 2004, p. 39). Mesmo entre os movimentos patrocinados pelo Estado existem vários tipos como os radicais, conservadores, subversivos ou preventivos, sendo os últimos criados por governantes no poder com intuito de prevenir uma onda revolucionária.

Os fundamentalistas muçulmanos, diferentemente dos grupos protestantes cujo nome foi transferido para eles, não diferem da corrente dominante em questões de teologia e interpretação dos textos sagrados. Sua Crítica, em sentido mais amplo, é relativo a toda a sociedade. O mundo islâmico, na opinião desses fundamentalistas, tomou um caminho errado. Seus governantes chamam a si mesmos muçulmanos e fingem ser o islã, mas são, de fato, apóstatas que aboliram a Lei Sagrada e adotaram leis e costumes estrangeiros, infiéis. A única solução, segundo eles, é um retorno ao autêntico modo de vida muçulmano, e, para isso, a remoção dos governos apóstatas é um primeiro passo essencial. (LEWIS, 2004, p. 39).

Os fundamentalistas se consideram antiocidentais levando em consideração o que vem do ocidente a ser apontado por eles como fonte do mal que destroem a sociedade muçulmana. Mas mesmo antes do embate com o ocidente eles tentam destruir um inimigo interno atacando seus próprios líderes e governantes. Foi o que ocorreu em 1979 com movimentos que ocasionaram na derrubada do xá iraniano Mohammad Reza Pahlevi e no assassinato do presidente Sadat do Egito dois anos depois. Esses episódios foram ocasionados como intuito de uma limpeza interna. Eram considerados um sintoma de um mal profundo a ser remediado. Segundo Lewis:

Não devemos exagerar as dimensões do problema. O mundo muçulmano está longe de ser unânime em sua rejeição do Ocidente, e nem as regiões muçulmanas do Terceiro Mundo tem estado sozinhas em sua hostilidade. Existem ainda números significativos de muçulmanos, em alguns lugares talvez a maioria deles, com os quais partilhamos algumas crenças e aspirações básicas de natureza cultural e moral, social e política; existe uma significativa presença ocidental - cultural, econômica, diplomática - em terras muçulmanas, algumas das quais são aliadas do Ocidente. Mas há uma maré de ódio que aflige, alarma e, acima de tudo, desconcerta os norte-americanos. (LEWIS, 2004, p. 41).

Considerada uma das grandes religiões do mundo, o Islã proporcionou dignidade e sentido a vidas empobrecidas e simples. Mostrou aos homens de diferentes raças que poderiam viver em irmandade e que povos de diferentes credos poderiam viver lado a lado com sensatez e tolerância. Levou inspiração a uma grande civilização em que além

dos muçulmanos outros tiveram vidas proveitosas e criativas e que através de suas realizações levaram enriquecimento ao mundo inteiro.

2.1 Historicidade dos campos em tensão: afrorreligiosos versus neopentecostais

“O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente”. (Paulo Freire).

O conceito de tolerância partindo de uma análise geral nos faz pensar em um estilo de relação vertical dos seres humanos, o que seria antiético sendo que presumiria um cenário de desigualdade. Dessa forma, sugere que algo ou alguém se coloque como um modelo considerando-se mais civilizado, dotado de uma cultura superior e sendo complacente em relação ao outro. Predominante nos dicionários das línguas latinas, a definição de tolerância aponta a ideologia da cultura europeia em seu projeto de universalidade e homogeneidade pela dominação de outras culturas. (CARDOSO, 2003, p.131-132). No século XVI o termo latino *tollerantia* tem sentido de *constância em suportar, permitir, condescender*. Sendo assim a tolerância considera uma relação humana entre desiguais na qual o agente “superior” faz concessões ao “inferior”. Sob essa perspectiva o verbo “tolerar” frequentemente aparece como sinônimo de “suportar” ou “aceitar com indulgência”. (ZEA, 1994, p. 2). A fim de exemplificar, fica presente nesses dois sentidos básicos uma postura discriminatória e superior dos conquistadores e colonizadores europeus em relação aos povos indígenas da América Latina e ao sequestro e escravização de povos africanos trazidos à força para o nosso continente.

Segundo o Professor Juan Rivera Palomino (PALOMINO, 1994, p. 6) o conceito de tolerância só pode ser compreendido a partir dos contextos teóricos e sociopolíticos. A tolerância está estabelecida inevitavelmente na sociedade democrática, constituída em seu sentido profundo, ou seja, aquela que possui como valor supremo o respeito aos direitos inalienáveis da pessoa humana. O Professor ainda destaca as formas de intolerância que estão presentes na cultura, na educação e na política. Chama também a atenção para a dominação de grupos culturais populares pela cultura oficial dos grupos que ostentam o poder, do qual instituem o “... *objetivo de atuar, de valores, crenças e*

padrões de comportamento...” (PALOMINO, 1994, p.6). A intolerância cultural pode se evidenciar em inúmeros contornos de marginalização, discriminação, e violação da cultura popular pelo saber científico, pela televisão ou até por algumas seitas religiosas.

É sob o véu da intolerância que emerge no Brasil os ataques de algumas Igrejas neopentecostais as religiões de matriz africana.⁸ Esses ataques ilustram o cenário atual, mas não é de hoje que os praticantes das religiões afro são frequentemente perturbados ou insultados. O percurso dessas religiões no Brasil está marcado por episódios em que seus adeptos foram importunados e rotulados pela sociedade. A primeira metade do século XX foi considerada como o período mais rigoroso das perseguições aos cultos afros, mesmo porque em períodos anteriores a sua estruturação e consequente visibilidade da intolerância era relativa em se tratando da realidade escravagista a que tais populações promotoras dessas religiões estavam submetidas. Não havia leis que impedissem de maneira direta as práticas a esses cultos desde a primeira Constituição Republicana de 1891. Apontadas como um problema de saúde pública no Brasil, nocivo a saúde mental da população, visto que os terreiros eram considerados ambientes propícios à “loucura”, essas religiões tornaram-se alvo de criminalização. Os religiosos eram condenados pela “prática ilegal da medicina” ou por “explorar a credibilidade pública” (MAGGIE, 1992, p. 39), em razão de que a prática de religiões afro estava associada a “falsa medicina”, ao “espiritismo” a “magia”, ao “charlatanismo” e ao “curandeirismo”, considerados todos crimes contra a Saúde Pública. Em 1934 no período do Estado Novo, essas perseguições se intensificaram com a instauração da Seção de Tóxicos e Mistificações ligada a uma delegacia do estado do Rio de Janeiro e que foi especificamente criada para investigar esses “crimes”.

A repressão também se manifesta de outras maneiras, como a obrigatoriedade de registrar os terreiros nas “delegacias de jogos e costumes” vinculadas a Secretaria de Segurança Pública e a retirada de uma licença especial para que fossem realizados os toques (festas religiosas). Os afroreligiosos de Porto Alegre informam que essas determinações alcançaram a década de 1990 na capital, ainda que em 1964 o registro acabasse no Brasil (CARVALHO, 2005) sendo apenas necessário o registro civil em

⁸ O neopentecostalismo, em consequência da crença de que é preciso eliminar a presença e a ação do demônio no mundo, tem como característica classificar as outras denominações religiosas como pouco engajadas nessa batalha, ou até mesmo como espaços privilegiados da ação dos demônios, os quais se “disfarçariam” em divindades cultuadas nesses sistemas. É o caso, sobretudo, das religiões afro-brasileiras, cujos deuses, principalmente os exus e as pomba giras, são vistos como manifestações dos demônios. **Vagner Gonçalves da Silva**. Mana vol.13 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2007.

cartório⁹. Tendo em vista tamanha repressão foram criadas muitas estratégias e formas de resistência dos adeptos das religiões afro. Uma delas era a construção de terreiros em áreas afastadas do centro da cidade longe da polícia, ou ter contato com figuras importantes no cenário político e intelectual a fim de que pudessem ajudar com o diálogo com as autoridades, impedindo perseguições policiais e conseguir permissão para que realizassem suas festas religiosas. Alternativas também foram criadas para cessar a repressão. Com a iniciativa de pesquisadores de religiões dos negros no Brasil em parceria com os seguidores foram criadas entidades civis.

A inexistência de um mecanismo jurídico que legalizasse a vida dos terreiros fazia com que estes ficassem à mercê das arbitrariedades dos policiais. A partir de 1934, uma lei exigia que eles se registrassem no Departamento de Polícia, e assim o funcionamento regulamentado dos terreiros ficava na dependência de uma licença especial, que lhes era concedida pela polícia. Numa tentativa de contrabalançar essa imposição do registro policial e libertar-se do estigma de clandestinidade, os terreiros lançaram mão do expediente de registrarem-se como sociedade civil. (Dantas, 1984, p. 110).

Em 1934 e 1937 foram realizados, respectivamente em Recife e Salvador, os Congressos Afro-Brasileiros de muita relevância no sentido de dar um basta as perseguições policiais aos terreiros garantindo assim a liberdade religiosa aos cultos. Foi criada então uma organização religiosa que se responsabilizaria pelo controle dos cultos eliminando assim essa atribuição da polícia. Edson Carneiro e demais líderes de terreiros baianos fundaram a União das Seitas Afro-Brasileiras em 1937 qual os terreiros eram cadastrados e se responsabilizavam pelo funcionamento. Outro ponto significativo do Congresso foi o requerimento de um estatuto de “religião” aos cultos afros removendo assim o caráter de “seita” e sua associação a termos depreciativos tais como “baixo espiritismo”, “falso espiritismo”, “magia negra”, adquirindo assim legitimidade social diante da esfera política e judicial.

A contar da década de 1950 e 1960 surgiram em Porto Alegre, com a finalidade de regulamentar os terreiros, as primeiras entidades que até hoje cadastram as casas de religião dando-lhes o alvará de funcionamento e sendo o responsável pela casa o Babalorixá (Pai de Santo) ou a Yalorixá (Mãe de Santo). Dentre as entidades criadas existe a Federação das Religiões Afro-Brasileiras AFROBRÁS (fundada em 1973), o

⁹ Na Bahia, esta obrigação durou até 1976 (BRAGA, 1995). Na Paraíba, uma lei de 1966, outorgava que os cultos africanos precisariam de autorização da Secretaria de Segurança Pública e “uma prova de sanidade mental do responsável pelo culto, mediante realização de exame psiquiátrico”. (SILVA Jr. 2007).

Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul CEUCAB (ex União da Umbanda fundada em 1953), a Federação Africana Mensageiros de Oxalá AFRO-RITO (fundada em 1985), a Congregação em Defesa das Religiões Afro-brasileiras CEDRAB (fundada em 2002) e a Federação Afro Umbandista do Rio Grande do Sul FAUERS (fundada em 2010). Nos anos de 1990, juntamente com o governo municipal de Porto Alegre, algumas dessas entidades estabeleceram anualmente a Semana de Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros com início no dia 15 de novembro e término no dia 20, dia da Consciência Negra. Outro evento acordado é a festa da Oxum no dia 8 de dezembro que acontece às margens do lago Guaíba na praia de Ipanema no bairro de mesmo nome. Ambas constam no calendário festivo do governo municipal de Porto Alegre. (ORO, 2002).

Nos últimos anos muitas transformações ocorreram no campo religioso brasileiro. Uma configuração explícita de intolerância religiosa que alguns autores chamam de “conflito religioso” (M.C Soares, 1990 *apud* ORO, 1997) ou “guerra espiritual” (Corten, 1996 *apud* ORO, 1997), e que foram deflagradas pelas igrejas - “neopentecostais”- contra as religiões afro-brasileiras (ORO 1997). No Brasil, nas ultimas décadas, ficou evidente a intensificação dos ataques proporcionados pelas igrejas neopentecostais às religiões de matriz africanas. Tais ataques são vistos pelos seus agentes como “guerra santa” ou “batalha espiritual” do bem contra o mal, sendo o mal representado pelos demônios que se travestem de divindades preferencialmente do panteão afro-brasileiro para causar malefícios. (SILVA, 2005, p. 151).

A investida neopentecostal contras as aforreligiosidades teve origem a partir do surgimento e estabelecimento da IURD como um novo modelo de evangelismo e tal investida se constituiu em mais um capítulo histórico de ações diretas ou indiretas que afrontam o campo aforreligioso. Se, fundamentalmente, o sincretismo religioso no Brasil teve origem no terreno das religiosidades de matriz africana junto a certas referências católicas – e de forma positiva, quer dizer, de maneira a garantir o exercício das crenças dos escravos que por aqui aportaram sem a prevaricação do modelo apropriado, os elementos do universo aforreligioso sincretizados pela Universal também servem para propósitos litúrgicos e teológicos. Contudo, tais elementos foram semantizados junto a sua dimensão teológica como inimigos e profanos e que, portanto, devem ser litúrgica e discursivamente combatidos. Assim, a semântica cristã apropriada pela Universal necessita de “inimigos” que se tornem referências simbólicas imprescindíveis para o modelo em questão. (TADVALD, 2015, p. 299)

Esse conceito faz parte do sistema teológico e doutrinário do pentecostalismo desde a sua estruturação no Brasil no início do século XX. Entre as décadas de 1950 e

1960 o movimento pentecostal apresenta um novo formato no Brasil ampliando a estrutura das suas igrejas, aumentando a quantidade de denominações e obtendo maior visibilidade.¹⁰ Outra etapa da organização pentecostal teve início em 1970 e com significativa projeção nas duas décadas seguintes; se destacou algumas diferenças expressivas no perfil das igrejas que surgiram e suas práticas aplicadas, o que lhes deu a classificação de “neopentecostal”. Com o complemento do prefixo latino “neo”, sua intenção era expressar algumas ênfases que as igrejas identificadas nesse período assumiriam em relação ao campo do qual e em geral faziam parte o abandono (ou abrandamento) do ascetismo, valorização do pragmatismo, utilização de gestões empresariais na condução dos templos, ênfase na teologia da prosperidade, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e propaganda religiosa. (SILVA, 2005, p. 152). Uma questão que se estabelece quanto aos ataques neopentecostais, sobretudo feitos pela IURD¹¹ às religiões afro, tendo em vista ser essa uma igreja organizada e com um forte tino empresarial, administrativo e com um grande interesse na conversão em massa e sendo ainda a principal no segmento neopentecostal, se interessaria em atacar religiões como o Candomblé, Umbanda e Espiritismo que segundo o Censo 2010 do IBGE somam apenas 0,3% da população. O bom combate a ser travado não seria com o catolicismo que apesar de apresentar uma queda de fiéis segundo o mesmo censo ainda possui 64,6% da população? O antropólogo Vagner Silva aponta para a dificuldade dos neopentecostais em declarar guerra a um monopólio religioso como o catolicismo que possui vínculos com várias esferas da sociedade brasileira. O episódio

¹⁰ O pentecostalismo surge no Brasil com a fundação em 1910 da Congregação Cristã, em São Paulo, e, no ano seguinte, da Assembleia de Deus, em Belém. Nesse período, por meio da Cruzada Nacional de Evangelização patrocinada pela Igreja do Evangelho Quadrangular, há um grande desenvolvimento do pentecostalismo. Surgem, entre outras, as igrejas Brasil para Cristo (São Paulo, 1955), Deus É amor (São Paulo, 1962) e Casa da Bênção (Belo Horizonte, 1964). A literatura acadêmica sobre esse segmento religioso no Brasil tem crescido bastante nas duas últimas décadas em forma de livros, artigos, dissertações teses acadêmicas, reforçando a ideia do crescimento e da importância do próprio fenômeno estudado. (SILVA, 2005, p. 150-175).

¹¹ Fundada em 1977 pelo funcionário público Edir Macedo, então com 33 anos de idade, a Igreja Universal se tornou a mais internacional das igrejas brasileiras e é detentora de um patrimônio avaliado em 400 milhões de dólares. De fato, segundo dados de 1995, a Universal estava presente em 32 países, sendo 7 na América Latina, 6 na América Central, 2 na América do Norte, 5 na Europa, 11 na África e 1 na Ásia. No Brasil possuía 2 mil templos, cerca de 3 milhões de fiéis e 7.000 pastores comandados por 37 bispos. A grande maioria dos pastores espalhados pelo mundo são brasileiros (Revista Veja, 19/04/1995). A Igreja Universal é proprietária de uma rede de Televisão, a TV Record, de São Paulo, de várias emissoras de rádio, além de gráficas, estúdios de gravação, jornal, revista, uma construtora, uma fábrica de móveis, um banco e uma holding que administra todos os negócios da Igreja. Segundo Paul Freston, "na amplitude de suas atividades, a IURD começa a parecer com a Igreja Católica ou com uma igreja protestante nacional na Europa" (Freston, 1994 apud ORO, 1997). ORO, Ari Pedro, Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36. Novembro de 1997.

do “chute na santa”¹² e suas repercussões negativas (Mariano, 1999, p. 81 *apud* SILVA, 2005) são um bom exemplo da dificuldade desse enfrentamento aberto. Mais do que uma estratégia proselitista junto às populações com um baixo poder socioeconômico e potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais, pode parecer uma espécie de estratégia *à la* “cavalo de Tróia” as avessas. (SILVA, 2005). Ainda segundo o antropólogo, combate-se essas religiões para adquirir o monopólio dos seus principais bens no mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando em um valor interno do sistema neopentecostal. Sendo assim aumentam as possibilidades de partir para o ataque as outras denominações cristãs com maior probabilidade de sucesso.

As religiões de matriz africana tem sua origem na reunião de diversas estruturas litúrgicas africanas e é fruto de uma tática de sobrevivência bem sucedido dos negros africanos que foram desterritorializados e conduzido para o Brasil nas condições de escravizados (RÊGO, 2006, p. 31). Nas diferentes regiões do Brasil são classificados por variadas denominações. A exemplo disso citamos Xangô em Pernambuco; Tambor de Mina e Nagô no Maranhão; Batuque no Rio Grande do Sul; Babacuê no Pará; Candomblé na Bahia; Macumba no Rio de Janeiro entre outras modalidades de culto. Conhecidos como cultos de Nação¹³, são originários dos cultos e ritos africanos e herda dessa raiz uma forte integração do homem com a natureza.

O neopentecostalismo brasileiro exagera ao reproduzir um discurso na crença do demônio, em especial a Igreja Universal do Reino de Deus que há alguns anos é a mais contundente dos evangélicos em sustentar dois princípios fundamentais: o primeiro a ser compartilhado com maior ou menor ênfase por outras igrejas neopentecostais que

¹² O “chute na santa” ficou conhecido como o episódio, em 1995, no qual um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (doravante Igreja Universal) chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida justamente em seu dia, 12 de outubro, durante um programa religioso na Rede Record. A cena foi mostrada no Jornal Nacional da Rede Globo e exaustivamente em toda a sua programação, o que potencializou ainda mais o conflito com a Igreja Católica que, em reação, realizou vários atos de desagravo. ALMEIDA, Ronaldo de. Dez anos do “chute na santa” A intolerância com a diferença. in: SILVA, Vagner Gonçalves da. (org) Intolerância Religiosa. Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro- brasileiro. Editora: EDUSP. São Paulo, 2007.

¹³ O termo *nações* se refere ao local geográfico de um grupo étnico e sua tradição cultural (por exemplo, os que falavam Yorubá da Nigéria eram os Nagô, Ketu, Ijejá, Egba etc.) A consequência inesperada dessa divisão foi que o conceito de *nação* desempenhou um papel importante para a manutenção de várias identidades étnicas africanas e para a transmissão cultural e as tradições religiosas. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv012001/p_jensen.pdf. Acesso em: 01 mar. 2018.

atribuem ao demônio a causa dos males e problemas de toda ordem que atingem as pessoas sendo ele, o demônio, o elemento perturbador da “ordem natural” das coisas (“natural” no sentido daquilo que está conforme a vontade divina) em que a intenção é “distrair Deus”. (GOMES, 1994, p. 233-234 *apud* ORO, 1997). Os demônios seriam pela lógica neopentecostal, os causadores de todos os infortúnios que atingem o homem direta ou indiretamente. Em segundo lugar, neste caso se distinguindo das demais igrejas pentecostais, sustenta a Universal que a Umbanda, Quimbanda, Candomblé e o Espiritismo de um modo geral, são os principais canais de atuação dos demônios, principalmente em nossa pátria (MACEDO, 1987, p. 113 *apud* ORO, 1997). Desde que foi fundada em 1977, essa igreja promove ataques radicais, contumaz e sem trégua contras os aforreligiosos a ponto de se tornarem um de seus principais pilares doutrinários. (MARIANO, 1995, p. 103 *apud* ORO, 1997). As agressões apresentam-se primeiramente de maneira verbal em forma de discurso acusatório como esse pronunciamento do seu fundador: *"Essa religião (afro-brasileira) que está tão popular no Brasil é uma fábrica de loucos e uma agência onde se tira o passaporte para a morte e uma viagem para o inferno"* (Macedo, 1987, p. 86 *apud* ORO, 1997). Para além desses discursos, os centros religiosos seriam para o pastor “morada do demônio”, seus deuses “espíritos malignos”, seus cultos “rituais do demônio”, seus líderes religiosos “serviçais do diabo” e seus fiéis e simpatizantes “pessoas ignorantes que caíram na armadilha de satanás”. O fundador da IURD ainda menciona em outro momento do seu livro que:

"Com nomes bonitos e cheios de aparatos, os demônios vêm enganando as pessoas com doutrinas diabólicas. Chamam-se orixás, caboclos, pretos velhos, guias, espíritos de luz, etc [...] Dizem-se ser exús, erês, espíritos de crianças, médicos famosos, poetas famosos, etc., mas na verdade são anjos decaídos" (Macedo, 1987, p. 32; 1995 p. 48).

Temos no Brasil a profusão de pequenas igrejas pentecostais (TADVALD, 2015, p. 190) que atualmente disputam fiéis com grandes denominações. Elas dividem-se em dois grupos: um com as menores e mais “festivas” atraindo mais jovens e outro com inspiração no modelo neopentecostal que trabalham com o princípio da *Teologia da Prosperidade* centralizadas na figura de uma liderança carismática, com forte inserção nos veículos de comunicação. Mas é a *Teologia da Prosperidade*, promovida principalmente por neopentecostais, que explica o grande crescimento evangélico no Brasil. Mesmo que de modo questionável, tal teologia responde melhor na esfera de

inclusão social inserida que está nos desafios modernos e de ascensão material dentro da nova lógica do capitalismo moderno. (TADVALD, 2015, p. 190). O pentecostalismo atual com sua capacidade de persuasão agrega muitas pessoas que estão em busca de curas espirituais, da resolução de problemas do cotidiano de ordem material, familiar, emocional, de saúde e psicológica entre outros. (MARIANO, 2005 *apud* TADVALD, 2015).

Desde o começo de sua atuação, o neopentecostal iurdiano soube principalmente a partir da Teologia da Prosperidade, arregimentar as camadas mais empobrecidas da população, especialmente dentro do cenário urbano e com aspirações de crescimento material. As afrorreligiões, por sua parte, reconhecidamente possuem maior presença entre essas mesmas populações, de maneira que o sincretismo iurdiano para com elas soube se colocar como um contraponto e uma nova oferta dentro do disputado mercado religioso brasileiro. Ao invés de atacar os “demônios” como conceito subjetivo, a Universal ressignifica tal noção de maneira a objetivá-la e representá-la como as entidades e deuses cultuados pelas religiões de matriz africana. (TADVALD, 2015, p. 299).

Na constatação de Oro a “batalha espiritual” direcionada às religiões afro por parte dos neopentecostais, sobretudo a IURD, é uma explícita demonstração de intolerância religiosa (ORO, 1997, p. 10). Combater estas religiões é uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões com forte apelo mágico e extáticas, com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão (SILVA, 2007, p. 194).

Através dessa ótica de “batalha espiritual” que se infere a “demonização” das religiões afro brasileiras por neopentecostais. Em uma análise feita pelo antropólogo Vagner Silva esse movimento de demonização já havia se apresentado, como citado anteriormente, no início do movimento pentecostal no Brasil como componente da teologia da cura divina sendo que esse acirramento se intensificou nas décadas de 1980 e 1990 com ataques mais contundentes aos cultos afros. O que corrobora tal análise leva em conta a publicação de três livros que foram escritos por três diferentes líderes de igrejas neopentecostais distintas. Nos livros estão mencionadas as principais estruturas da batalha espiritual observando a menção e identificação das divindades do panteão afro brasileiro com os demônios, a libertação pelo poder maior e divino do sangue de Jesus contrapondo o sangue da ritualística africana, a conversão ao cristianismo e a abdicação total das práticas religiosas afro brasileiras por serem estas ligadas, na opinião dos autores, a um poder maligno e diabólico. (SILVA, 2007, p. 196). O

primeiro livro intitulado *Mãe de santo*, foi publicado em 1968 com autoria de Walter Robert McAlister, fundador em 1960 da Igreja Pentecostal de Nova Vida no Rio de Janeiro. O segundo intitulado *Orixás, Caboclos e Guias, Deuses ou Demônios?* publicado em 1988 de autoria do líder e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, foi considerado o mais contundente em oposição aos cultos afros brasileiros. O terceiro, com o título de *Espiritismo, a magia do engano*, foi escrito por Romildo Ribeiro Soares, cunhado de Edir Macedo e dissidente da IURD, conhecido por R.R. Soares autointitulado missioneiro que fundou em 1980 a Igreja Internacional da Graça de Deus depois de ter se desligado da denominação do cunhado que ajudou a fundar.

A questão que fica é qual a contrapartida dos povos de religiões afro brasileira a esses ataques neopentecostais? Vale ressaltar que os líderes religiosos e os participantes dessas religiões tem percepção dos ataques que são vítimas. A fraca reação pode estar relacionada com o fato de que os ataques são desferidos contra “o povo de santo”, genericamente falando, “a religião” (embora inclua seu panteão, seus rituais), os “pais-de-santo de nossa pátria”, e não contra indivíduos em particular (ORO, 1997). Por serem religiões centradas nos indivíduos (PRANDI, 1992 apud ORO, 1997) os seus membros, dos pais de santo aos clientes, demonstram não se sentirem pessoalmente atingidos pelos ataques. As religiões de matriz africana carregam um passado feito de estigmatizações, preconceitos e repressões religiosas e políticas. Esse passado ainda encontra-se presente na memória desses religiosos e se mantém vivo em muito devido a manutenção feita a esses estigmas e preconceitos. A frágil reação pode se dar ainda pela falta de um poder político mais representativo. São religiões frequentadas e procuradas em todo o país por pessoas que pertencem as diversas camadas sociais, inclusive políticos, mas não usufruem de uma força política que possa impulsionar a sociedade, a mídia, os intelectuais, contra as constantes acusações de que são vítimas. Esse cenário contrapõe o que ocorre com o poder político do catolicismo no país. A exemplo disso foi uma quase comoção nacional provocada pelo chute desferido pelo pastor da Igreja Universal Sergio Von Helder contra uma imagem de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro de 1995¹⁴. Mesmo que se trate de uma agressão carregada de forte densidade

¹⁴ F. Pierucci assinala que não é todo o conflito religioso que provoca uma controvérsia pública e envolve uma grande diversidade de atores sociais como o chamado “chute na santa”. Nele envolveram-se “além de jornais e jornalistas, outros intelectuais da informação, escritores, produtores e divulgadores culturais, apresentadores de programas de rádio e televisão, músicos, bandas de pop music, rock, rap e carnaval, novos play leaders, humoristas, atores e outros profissionais das artes e espetáculos, juristas, juizes,

simbólica, não é menos emblemática as agressões realizadas diariamente pela mesma Igreja Universal contra as divindades afro- brasileiras (ORO, 1997).

Um fator a ser considerado é a estrutura das religiões afro brasileiras. Elas não estão organizadas segundo um modelo operacional com um poder que centraliza e aglutina milhares de centros religiosos. Não existe uma hierarquia religiosa e nem uma institucionalização religiosa equivalente ao do cristianismo. Para fins de organização as religiões de matriz africana possuem uma variedade de federações e uma pulverização de terreiros, o que acaba por desfavorecer a união. Mesmo as várias federações organizadas em níveis locais, regionais, estaduais e mesmo nacionais, não conseguem reunir um número significativo de líderes de terreiros tencionando algum tipo de reação contra as igrejas neopentecostais. A IURD, por outro lado, ciente desse cenário, visualiza as religiões com um caráter mais voltado para um “modelo cultural” e menos como um “sistema institucional”, podendo bater, agredir, sem sofrer represálias, diferentemente da Igreja católica. (ORO, 1997). Alguns fatores vêm ajudando na alteração desse quadro e promovendo a reação dos afrorreligiosos. Com o aumento da violência que antes ficava centrado na esfera verbal e passando a ataques como agressões físicas e destruição de templos religiosos, foram gerados boletins de ocorrência nas delegacias, abertura de inquéritos e denúncias protocoladas junto ao Ministério Público. Um exemplo forte de representatividade ativa nas queixas é a Casa de Oxumarê em Salvador (Bahia). Em decorrência da grandiosidade e da gravidade dos fatos, esses ataques começaram a fazer parte do noticiário brasileiro. Como foram reproduzidas essas informações é o que veremos no capítulo a seguir.

3. A REPERCUSSÃO NA MÍDIA

Os ataques por parte de alguns dos dirigentes das igrejas neopentecostais e, por conseguinte de seus fiéis e seguidores, aos adeptos e simpatizantes das religiões de matriz africana, começam a despontar na mídia a partir do momento em que saem do campo verbal e se intensificam em agressões físicas e aos templos afros. Por um longo período as agressões e o vilipêndio estavam limitados aos horários dos cultos realizados pelos evangélicos dentro de suas igrejas, onde procuravam desmoralizar os cultos afros

corregedores, representantes do Ministério Público, sociólogos, antropólogos, comentaristas políticos, assistentes sociais, psicanalistas, médicos, terapeutas, líderes sindicais etc. A lista é pós-moderna" (Pierucci, 1996, p. 281 apud ORO, 1997)).

reproduzindo um discurso de ódio, aversão, menosprezo e até mesmo extinção propondo o fechamento das casas de religião de matriz africana, a fim de banir essas crenças. Com o crescimento vertiginoso do número de fiéis, essas investidas transcendem as paredes das igrejas e começam a ganhar espaço nas ruas. Em decorrência dessa situação, os ataques ocorrem de maneira clara e objetiva a pessoas e aos terreiros de religiões africanas. Um exército de fiéis está pronto para ir às ruas colocar em prática os ensinamentos que lhes foram dados.

Tais atos tornaram-se recorrentes e por conta disso passam a ser noticiados por vários veículos de comunicação. Para melhor discutir essa repercussão essa pesquisa irá apresentar as notícias vinculadas pelo jornal online oglobo.com e pelo site g1.com portal de notícias e que fazem parte do Grupo Globo considerada a maior corporação de mídia do Brasil e América Latina. Segundo Grijó:

Pesquisas têm apontado que nos últimos decênios no país, tem-se incrementado um processo que não é somente local, mas atinge os veículos de comunicação no mundo todo. Trata-se da oligopolização dos controladores dos meios de comunicação sociais o que também é referido como “concentração da propriedade”. Capparelli e Lima demonstram pormenorizadamente essa tendência crescente tanto no plano mundial no qual ela se dá como “fruto de um processo de aquisições, fusões e *joint ventures*”, quanto no Brasil onde “antes mesmo da globalização que vem promovendo a concentração da propriedade no setor de comunicações em todo o mundo”, o mercado respectivo “já era concentrado no que se refere a concentração horizontal, quanto a vertical, a cruzada e em cruz”. O primeiro modo de concentração se refere a oligopolização ou monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor como no caso das emissoras de televisão, dentre as quais a Rede Globo e afiliadas que recolheram 78% dos recursos em publicidade em 2001 aplicados na área. (GRIJÓ, 2014, p. 280-281).

O tema intolerância religiosa sempre teve maior destaque nas mídias televisivas ou escritas quando estava relacionado mais especificamente a conflitos no Oriente Médio. Porém, desde o início do século XVI já ocorriam perseguições aos cultos de matriz africana no Brasil, reflexos de um regime escravocrata:

Os negros introduzidos no Brasil pertenciam a civilizações diferentes e provinham das mais variadas regiões da África. Porém, suas religiões, quaisquer que fossem, estavam ligadas a certas formas de família ou de organizações clânicas, a meios biogeográficos especiais, floresta tropical ou savana, a estruturas aldeãs e comunitárias. O tráfico negreiro violou tudo isso. E o escravo foi obrigado a se incorporar, quisesse ou não, a um novo tipo de sociedade baseada na família patriarcal, no latifúndio, no regime de castas étnicas (BASTIDE, 1971, p. 30).

Em virtude do crescimento e propagação dos mesmos no Brasil, no início do século XX a divulgação da intolerância de cunho político, policial e da própria imprensa, já vinha sendo abordado nas mídias do país. Os jornais da época registravam e corroboravam com as arbitrariedades ocorridas com esses cultos em parte da região nordeste do país. A imprensa colaborava fazendo uma divulgação de degradação pública das religiões de matriz africana

Fazendo um estudo da história do tempo presente, ergue-se uma expectativa de como os mesmos fatos, relacionados à intolerância religiosa no Brasil, são divulgados e informados atualmente. Como bem escreveu JÜRGEN HABERMAS em *O valor da notícia*, matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo de 27 de maio de 2007 e originalmente publicado no jornal alemão "Süddeutsche Zeitung": *“Ouvintes e espectadores não são apenas consumidores, mas também cidadãos com direito à participação cultural, à observação da vida política e à voz na formação de opinião”*. Cada vez que uma notícia é vinculada ela reflete em algum grupo da sociedade que se identifica com essa informação. Burke destaca que:

O conceito de "opinião pública" apareceu no final do século XVIII, e a preocupação com as "massas" tornou-se visível a partir do século XIX, na época em que os jornais ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores. (BURKE, 2006).

Foram esses grupos identificados com o tema que fizeram com que o assunto intolerância religiosa rompesse barreiras das classes às quais estariam mais identificados e ocupassem espaços na mídia. Casos que ocorreram e que ainda ocorrem, tomam maior vulto com o advento da internet propiciando a divulgação de fatos e a mídia não poderia se excluir da contribuição para esse debate divulgando as notícias relacionadas a essas intolerâncias. Os periódicos como jornais, revistas ou até mesmo os atuais blogs da internet são produtos considerados de consumo com certo poder de influenciar as pessoas ou gerar capacidade de delinear manifestações e opiniões. Bourdieu reflete sobre essa questão quando diz que:

O fato de ler um jornal de difusão em escala nacional e, sobretudo, um dos jornais legítimos de grande circulação, tais como Le Figaro ou Le Monde, é uma forma, entre outras – como o fato de escrever nos jornais ou para os jornais, de assinar petições publicadas nos jornais ou responder às pesquisas lançadas pelos jornais, etc. -, de manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com direito e dever de participar na política, de exercer verdadeiramente seus direitos de cidadão. (BOURDIEU, 2008, p. 416).

O recorte temporal a ser analisado será entre os anos de 2012 e 2016. A escolha desse período está relacionada ao episódio que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2015 quando a deputada estadual Regina Becker propôs um Projeto de Lei que impediria a imolação de animais nos ritos sagrados. Durante esse processo que durou de fevereiro a junho de 2015 causou muito estranhamento a pouca visibilidade e atenção dada por parte da imprensa escrita e televisionada ao assunto.

Todas as notícias selecionadas tem em comum os ataques neopentecostais as religiões de matriz africana. Para o período de 2012 a 2016 podemos considerar que a quantidade de notícias relacionadas ao tema é ínfima, tendo em vista a gravidade dos fatos e as circunstâncias em que ocorreram. Soma-se nessa pesquisa um total de nove fontes sendo que 5 são do g1.com e 4 são do oglobo.com. Elas datam de janeiro de 2013, estando esta relacionada a fatos do ano de 2012 a novembro de 2016. Desse total, temos uma reportagem para o ano de 2013, três para o ano de 2014, duas para o ano de 2015 e três para o ano de 2016. Todavia de forma modesta com base nesses dados podemos constatar que 2014 e 2016 foram os anos que mais apresentaram reportagens. As duas primeiras reportagens estão relacionadas a órgãos públicos. A primeira fala sobre o aumento do número de denúncias pelo disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a segunda sobre a decisão de um juiz federal do Rio de Janeiro que argumenta que as manifestações afro-brasileiras não podem ser consideradas religiões causando surpresa até mesmo ao Ministério Público. A terceira reportagem assim como a primeira também aborda o aumento das denúncias através do disque 100, mas com um enfoque para o estado do Rio de Janeiro com apontamento de dados e testemunhos. A quarta reportagem alerta para os perigos da intolerância religiosa no Brasil apontando dados do censo e números de ataques. Na quinta e na sexta reportagem a notícia ressalta dois casos ocorridos com crianças, sendo o primeiro, um caso de intolerância religiosa corrido na cidade do Rio de Janeiro onde a menina Kayllane de 11 anos foi atingida por uma pedra. Esse talvez possa ser considerado o caso com maior repercussão midiática. Outro caso ainda vinculado à quinta reportagem ocorreu com um menino de 12 anos estudante da quarta série, também na cidade no Rio de Janeiro, que foi impedido de entrar na escola por usar bermuda branca e guias (a saber: colares de identificação e pertença afrorreligiosa) por baixo da camiseta, acusação essa feita pela família e refutada pela escola. Na sexta reportagem aparece

novamente o fato ocorrido com a menina Kayllane, o registro de mais de dois mil casos de intolerância religiosa feitos no Rio de Janeiro com base em um relatório público apresentado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e a implantação da Delegacia de Combate aos Crimes Raciais e Intolerância a pedido do Deputado Marcelo Freixo (PSOL). A sétima reportagem aponta para um caso de possível demissão na Secretaria de Mesquita no estado do Rio de Janeiro estar relacionada com o fato de um funcionário vestir roupa branca e adereços religiosos no ambiente de trabalho. A secretaria nega ser essa a motivação da demissão. Na oitava reportagem, o tema apresenta a questão da profanação e destruição dos terreiros de Umbanda e Candomblé Brasil a fora. Aponta ainda o cenário político com a candidatura do sobrinho de Edir Macedo e bispo licenciado da IURD Marcelo Crivella (PRB), para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e um possível temor por parte de quem não compartilha da sua fé. A propósito, atualmente Crivella é prefeito da capital fluminense e sofre pesadas críticas neste mesmo sentido. A nona e última reportagem relata o aumento de 300% de casos de intolerância religiosa na Bahia segundo o Ministério Público Estadual (MPE-BA) O salto foi de 13 casos em 2015 para 56 em 2016.

A primeira matéria intitulada *Denúncia de intolerância religiosa cresce mais de 600% em 2012*, publicada no dia 21 de janeiro de 2013 no oglobo.com, noticia que a quantidade de denúncias recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cresceu mais de sete vezes em 2012 se comparado a estatística de 2011. Ainda que signifique um aumento de 626% a mesma secretaria destaca que o salto de 15 para 109 casos registrados no período não retrata a real dimensão do problema. Os casos do Disque 100 relacionados a intolerância religiosa podem estar subestimados sendo que não existe um módulo específico para atender esse tipo de queixa e não são todos os casos que chegam ao conhecimento do Poder Público. Não existe nenhuma instituição responsável por contabilizar os dados nacionais e a maior parte das denúncias é apresentada para a polícia ou a órgãos estaduais de proteção dos direitos humanos. A associação Safer Net apresentada na matéria aponta que em 2012 a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (CND) recebeu 494 denúncias de intolerância religiosa praticadas em perfis hospedados no Facebook. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) também não conta com dados específicos a respeito de violações ao direito de livre crença religiosa. Para

seu ouvidor Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior existe a impressão de que o problema nos últimos anos tem crescido e faz uma breve análise para possíveis atos:

Não consigo avaliar o porquê de tanta intolerância, mas um dos indicativos que ainda precisamos verificar com cautela (é a atuação de) algumas igrejas neopentecostais, que vem pregando o ódio, inclusive na internet. Há ao menos um caso denunciado à ouvidoria de uma igreja cujo líder espiritual vem relatando esse ódio contra as religiões de matriz africana, associando-as à coisas do diabo. Sabemos que esse tipo de pregação, feita por um líder religioso, afeta a muitos de seus seguidores – relato do ouvidor Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior.

O ouvidor da Seppir entre 2011 e 2016, Carlos Alberto ressalta ainda que as práticas discriminatórias tem origem até de agentes públicos como no caso do promotor de Justiça de Santa Catarina que em 2011 proibiu uma casa de Umbanda de Florianópolis de praticar seus cultos e imolar animais durante as cerimônias sem a autorização do Estado. Mais uma evidência de arbitrariedade tendo em vista que a liberdade de culto está prevista na Constituição Federal no artigo 5º, VI. Existe ainda uma preocupação relatada por Carlos Alberto na reportagem a respeito dos projetos de lei que tentam criminalizar o abate de animais em sacrifícios religiosos – muitos especialistas consideram inconstitucional já que a Constituição Federal estabelece que a liberdade de crença é inviolável, assegurando a liberdade em praticar os cultos religiosos. O texto constitucional indica que os locais de culto e suas liturgias sejam protegidos por Lei 9.459, de 1997, que considera crime e prática de discriminação ou preconceito contra religiões. O integrante da Seppir ainda faz um link desses casos de intolerância religiosa ao racismo, pois na Seppir não recebem nenhuma denúncia dando conta de que outras religiões, além daquelas de matriz africana, sejam alvo de discriminação. É provável que tais atos estejam diretamente relacionados ao preconceito racial.

No dia 17 de maio de 2014 o site g1.com publicou uma reportagem sobre um juiz federal que gerou polêmica e surpreendeu líderes do Candomblé, da Umbanda e o Ministério Público. Com o título de *Juiz não reconhece manifestações afro-brasileiras como religiões* a matéria relata a atitude de um juiz federal do Rio de Janeiro que manteve vídeos de cultos evangélicos considerados ofensivos por líderes do Candomblé e da Umbanda postados na internet. Para além dessa atitude o que causou maior repúdio foi o fato de que o juiz alegou não serem as manifestações afrorreligiosas consideradas

religiões. A Associação Nacional de Mídia Afro procurou o auxílio do Ministério Público Federal para que fossem retirados os vídeos da internet. Através de um documento o juiz federal Eugênio Rosa de Araújo não concedeu a liminar, pois ele afirma que os vídeos são manifestações de livre expressão de opinião. Diz ainda que: “as manifestações afro-brasileiras não se constituem religiões” porque “ não contém os traços necessários de uma religião como um texto base, uma estrutura hierárquica e um Deus a ser venerado”. Essa decisão causou perplexidade aos líderes religiosos de matriz africana e ao Ministério Público Federal. Segundo o procurador do caso não cabe ao juiz determinar o que é religião e nem ignorar os princípios da oralidade, ancestralidade, as tradições das religiões afro-brasileiras. Para Ivanir dos Santos da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR) a decisão do juiz incita a discriminação: “Ele é funcionário de um estado laico que está submetido a Constituição brasileira e as leis. E no fundo ele violou inclusive a lei da discriminação, ele viola a Constituição e viola a própria lei que diz que tem que coibir o preconceito e a discriminação no país”.

A Procuradoria da República entrou com recurso. O texto destaca que “a decisão maltrata a consciência, a honra e a dignidade de milhões de brasileiros que se reconhecem nessas religiões. A Constituição diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos”. Para o jurista Alexandre Aragão esses direitos não foram respeitados na decisão do juiz: “Ao reduzir o conceito de religião a apenas três religiões, que são as três grandes religiões monoteístas, ela deixa desprotegida uma grande parcela de expressões religiosas que a Constituição protege sim”. Até a publicação da matéria não havia uma decisão sobre o recurso do Ministério Público.

Levantamentos mostram perseguição contra religiões de matriz africana no Brasil. Metade dos terreiros do Rio foi alvo de ataque e denúncias são maioria no Disque 100. Esse é o título da matéria do dia 10 de agosto de 2014 do oglobo.com. A notícia relata a situação de Conceição de Lissa do Rio de Janeiro que já avaliava os estragos causados pelo incêndio quando foi novamente pega de surpresa. Um cheiro sutil de gasolina indicava que a faísca que iniciou a destruição do quarto onde guardava roupas de santo e outros artigos usados nas cerimônias não decorreram de um curto circuito como se supunha até então. A mãe de santo procurou a polícia após perceber que alguém destruiu o local de forma voluntária. Após oito anos e oito ataques depois, Conceição ainda não sabe quem a agrediu e segue sendo vitimada. O ultimo episodio

havia ocorrido no mês passado quando outra parte do terreiro em Duque de Caxias foi novamente incendiada. A vítima relata que: “A minha casa de santo se tornou um quilombo. Aqui falamos africano, cantamos músicas, vestimos roupas típicas e sofremos perseguição. Terei de instalar câmeras e alarmes, para garantir a segurança que o Estado não me dá. Mas temos de resistir”.

Esse relato se repete na voz de outros muitos adeptos de religiões de matriz africana. Nessa publicação consta ainda que fiéis do Candomblé e da Umbanda - que somavam quase 600 mil pessoas no Censo de 2010 – são os mais atacados no Brasil. De janeiro a julho deste ano, eles foram vítimas em 22 das 53 denúncias de intolerância recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. Esse levantamento foi realizado a pedido do jornal O GLOBO. Em 2013 foram 21 registros feitos por adeptos de religiões afro-brasileiras, para um total de 114 e também foi o segmento mais agredido no mesmo ano.

A equipe de pesquisadores da PUC-Rio do estudo “Presença do axé” que mapeia os terreiros no Rio de Janeiro, também contabilizou agressões aos frequentadores de cultos afro-brasileiros. Das 840 casas listadas, 430 foi objeto de discriminação. Mais da metade (57%) em locais públicos. Na maior parte dos casos os atos ocorreram nas ruas (67%). Elias Vieira de Oliveira, coordenador geral de promoção de diversidade religiosa da Secretaria de Direitos Humanos explica que as denúncias à secretaria são encaminhadas a defensorias públicas, promotorias e delegacias e os dados estatísticos servem de instrumento de orientação das nossas políticas. Em março desse ano foi empossado o Comitê Nacional da Diversidade Religiosa, que tem representantes de matriz africana e as agressões já constam na pauta do grupo. As denúncias trazem indícios do aumento da violência contra fiéis do Candomblé e Umbandistas, mas por outro lado apontam também para o aumento da mobilização contra a intolerância. O movimento vem se fortalecendo desde 2008. Na ocasião quatro pessoas invadiram o Centro Cruz de Oxalá, no Catete, onde imagens foram quebradas e fiéis foram insultados. Os evangélicos são apontados em nove de 22 casos registrados pelo Disque 100. Para Carlos de Oliveira, diretor da Associação dos Pastores e Ministros Evangélicos do Brasil, os neopentecostais são injustamente acusados:

Os evangélicos são pacíficos. Nunca presenciei um pastor dizendo “vamos incendiar um terreiro, vamos quebrar suas imagens”. O que se fala é “vamos orar para que Deus toque o coração deles”. Sempre que invadem uma igreja

católica ou um terreiro, os evangélicos são os primeiros suspeitos. Mas, muitas vezes, os agressores não são da religião, relata o diretor Carlos de Oliveira.

Foi então criada a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), formada por grupos da sociedade civil e religiosos de diferentes crenças. A matéria ainda relata o caso do juiz titular da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro Eugênio Rosa de Araújo que negou pedido de retirada de vídeos do YouTube gravados durante um culto evangélico com mensagens de intolerância as religiões afro-brasileiras. Para o Babalaô Ivanir Santos esses casos recentes reacenderam a autoestima dos adeptos de religiões de origem africana. Além disso, causaram um resgate de identidade religiosa porque tem levado a população a se assumir e buscar apoio na sociedade. O Babalaô interlocutor da CCIR ainda esperava reunir cem mil pessoas na 7ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa no dia 21 de setembro de 2014 na orla de Copacabana no Rio de Janeiro.

O perigo da intolerância religiosa título que dá nome a matéria do dia 17 de agosto de 2014 do oglobo.com aponta que tendência à convivência pacífica entre credos diferentes no Brasil tem sido cada vez mais posta em xeque de tal forma que não pode ser ignorado pelas autoridades. A publicação inicia apontando que a tolerância religiosa no Brasil nunca foi pura e simplesmente uma medida imposta por decreto e que antes disso, é um aspecto cultural. Por um lado foi necessário inserir na Constituição artigo resguardando a liberdade de culto e proteção contra a discriminação, tendo em vista que tais garantias não seriam naturais. Por outro lado a convivência entre credos distintos foi facilitada pela formação do povo. A miscigenação e a intimidade entre casa-grande e a senzala resultaram em mecanismos de acomodação, como o sincretismo que uniu religiões aparentemente tão diferentes quanto o catolicismo e o Candomblé. Aqui se encontra uma falha na publicação ao não informarem a origem dessa afirmação que cabe contestação, pois o sincretismo surgiu a duras penas e não de forma simplesmente natural como tentaram evidenciar. Esta se trata de uma visão cristalizada e essencialista da sociedade brasileira que mais serve para mascarar a nossa realidade preconceituosa e hierarquizada do que de servir de reconhecimento desta triste realidade racista a que estamos submetidos no Brasil. De acordo com a notícia, a tendência à convivência pacífica tem sido cada vez mais posta em xeque e de forma que as autoridades não podem fazer vista grossa. Retomando uma publicação do oglobo.com da semana

anterior aparece novamente que os fiéis da Umbanda e do Candomblé - 600 mil pelo Censo – foram vítimas de 22 das 53 denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência de janeiro a 11 de julho de 2014. A matéria ainda resgata dados de uma matéria já publicada pelo mesmo veículo onde os estudos da PUC-Rio registraram em um grupo de 840 terreiros, 430 foram alvo de discriminação sendo que 57% dos casos ocorreram em local público.

Os ataques surgem em forma de manifestações de preconceito na escola no trabalho a ofensas pessoais, ameaças, danificação de imagens e até destruição de terreiros. A mãe de santo Conceição de Lissá que teve seu terreiro queimado em Duque de Caxias no Rio de Janeiro foi novamente citada. Cabe lembrar que ela teve seu terreiro queimado oito vezes em oito anos. A matéria termina apontando que a intolerância por si só já é algo inaceitável, seja ela contra orientação sexual, etnia ou crença. Faz parte de um comportamento criminoso que merece punição como manda a lei. A matéria ainda ressalta que felizmente não chegamos aqui ao ponto de outros países em que grupos se organizam para manifestar publicamente o seu ódio a homossexuais, negros ou estrangeiros, mas sugerindo que o melhor é não pagar para ver. Adeptos dos cultos afro-brasileiros estão denunciando e organizando sua legítima reação em passeatas contra a intolerância religiosa. Contam com o apoio da sociedade e de representantes de outros credos que em comum possuem a convicção de que respeitar a fé alheia é um ato sagrado. Com a mobilização da sociedade fica por parte do poder público a obrigatoriedade de ser atento e ágil nas investigações. A notícia encerra alertando que caso a intolerância não seja punida exemplarmente, fiéis movidos pela absurda presunção de superioridade poderão se sentir encorajados a prosseguir, porque, afinal, estariam agindo “em nome de Deus”. E é por pensarem assim que radicais são responsáveis por guerras milenares e terrorismo pelo mundo afora.

Uma menina de apenas 11 anos foi vítima de intolerância religiosa no Rio de Janeiro. Com o título *Criança é vítima de intolerância religiosa no Rio* a matéria que relata esse episódio foi publicada no dia 16 de junho de 2015 pelo portal g1.com relatando um episódio de intolerância com uma menina de apenas 11 anos de idade que foi agredida quando voltava de um culto de Candomblé. A criança foi atingida por uma pedra na Avenida Meriti na Vila da Penha, zona norte do Rio. Dois homens que estavam em um ponto de ônibus da região foram os responsáveis pelos atos. Além das pedras que arremessaram os homens ainda fizeram vários insultos e fugiram depois de

entrarem em um ônibus. Na ocasião o ato foi registrado na 38ª DP de Irajá como lesão corporal e no artigo 20 da Lei 7716 (praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional). A polícia relatou que parentes prestaram depoimento e que a menor de 11 anos foi ouvida e encaminhada para exame de corpo de delito. Foram efetuadas diligências para localizar imagens e possíveis testemunhas que poderiam auxiliar na identificação dos autores dos crimes. Nessa publicação não houve a divulgação do nome da criança, mas o caso repercutiu amplamente em todo país e em matérias posteriores ocorre a divulgação do nome da menina bem como da sua avó que também é sua mãe de santo, dirigente do terreiro que praticava o culto que a menina frequentava antes da agressão. Outro caso de agressão contra uma criança complementa a notícia. Dessa vez um menino de apenas 12 anos estudante da quarta série do ensino fundamental foi barrado pela diretora da escola. O fato ocorreu na Escola Municipal Francisco Campos, no Grajaú, também na zona norte do Rio. Segundo a família o menino foi impedido de frequentar a aula por usar bermudas brancas e guias (colar de contas) por baixo do uniforme. A mãe do menino relatou na ocasião que o filho foi humilhado e vítima de discriminação religiosa. Os professores da escola contestaram essa versão da família. A professora de matemática da escola Vânia Marques alegou que o menino foi impedido de participar das atividades escolares porque estava descumprindo uma normativa da própria Secretaria Municipal de Educação em relação ao uso do uniforme. Nesse caso não consta nenhum tipo de registro policial, como agentes envolvidos aparecem apenas a escola, o menino e seus familiares.

O caso da menina de 11 anos que foi apedrejada após sair de um culto de Candomblé no dia 14 de junho de 2015 no Rio retorna as manchetes. Intitulado *RJ registra mil casos de intolerância religiosa em 2 anos e meio* e publicada em 08 de agosto de 2015 pelo oglobo.com. a matéria agora apresenta a menina de 11 anos com a divulgação do seu nome Kayllane Campos e uma foto em que a mesma aparece com um curativo na cabeça, local que foi atingida pela pedrada. A mãe de santo Káthia Marinho também avó da menina afirmou que os agressores ainda não haviam sido identificados e desabafou: “Enquanto não forem punidos, a violência não vai parar”. No mês da agressão Kayllane foi recebida pelo ministro da Secretaria de Direitos Humanos Pepe Vargas na sede da OAB, centro do Rio. Foi feito um pedido pela ação do poder público e com mais de 35 mil assinaturas o documento pedia uma campanha para promoção da

liberdade religiosa. Na semana anterior a menina havia se encontrado com o arcebispo do Rio Dom Orani Tempesta na sede da arquidiocese e disse estar tensa com toda a situação. “Estou um pouco nervosa, não estou acostumada. A partir de agora eu acho que tem que ter respeito, todo mundo unido, bem eu acho que tem que ser assim. Para mim, respeito todo dia” disse a menina na ocasião.

O Centro de promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (CEPLIR) que está ligado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos recebeu em dois anos e meio quase mil denúncias sobre casos de intolerância religiosa. Os números fazem parte de um relatório que foi apresentado em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). O relatório aponta que entre julho de 2012 e dezembro de 2014, foram registradas 948 queixas sendo que 71% eram relacionadas a intolerância religiosa. O CEPLIR foi criado em 2012 e tem como objetivo defender e garantir os direitos humanos e de expressão da liberdade de crença e filosofia de indivíduos e instituições religiosas e comunidades tradicionais.

O deputado estadual e presidente da Comissão de defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Marcelo Freixo (PSOL), pediu ao presidente da casa a implantação da Lei 5.931/11 que criou a Delegacia de Combate aos Crimes Raciais e Intolerância. “O grande desejo dos representantes das religiões diversas é a criação dessa delegacia especializada. Os crimes de ódio que assistimos diariamente no Rio merecem que essa demanda seja atendida”, relata o parlamentar. O deputado Átila Nunes (PSL), presidente da Comissão de Combate as Discriminações e ao Preconceito da ALERJ e autor da Lei 2011 que institui a delegacia especializada disse que um ou dois casos de intolerância são registrados quase todo mês. Nas palavras de Átila “temos um pequeno estado islâmico encravado no Rio de Janeiro”. Fala, aliás, bem carregada de preconceito.

O presidente da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR), Ivanir dos Santos, Professor, Doutorando em História pela UFRJ e Babalaô anunciou que até janeiro de 2016 a comissão vai finalizar um relatório tendo como objetivo uma denúncia internacional. “Vamos condensar um documento com depoimentos para fazer uma denúncia sobre intolerância religiosa às cortes internacionais. Os casos persistem e crescem na sociedade brasileira e o que nos chama a atenção é a morosidade das

investigações desses episódios. Há má vontade em olhar esses casos como crime” informa Ivanir.

Nessa mesma matéria também foi mencionado um caso de intolerância religiosa envolvendo outra religião. A professora de português Denise Bonfim, que é muçulmana, relatou que na mesma rua onde Kayllane foi agredida ela foi ameaçada de morte. Denise disse que: “Estava usando o Hijab (véu islâmico) e disseram que iam me matar. Fiquei com muito medo e passei vários meses sem usar o véu e sem entender o motivo de tamanha intolerância”. Sami Isabelle, representante da Associação Beneficente Muçulmana se manifestou alegando que os casos de violência no exterior acabaram influenciando o aumento da intolerância no Brasil. Para Lusmarina Campos Garcia, presidente do Conselho de Igrejas Cristãs do Rio “é importante ter consciência de que esses casos não são isolados e que isso precisa ser enfrentado”.

Um caso envolvendo uma demissão na Secretaria Municipal de Mesquita no Rio de Janeiro foi divulgado no dia 06 de maio de 2015 pelo portal g1.com com o título *Polícia apura se intolerância religiosa causou demissão em prefeitura no Rio*. Nesse episódio o trabalhador Patric Douglas Anjo Soares Ferreira de 25 anos alega ter sido vítima de intolerância religiosa ao ser dispensado da Secretaria de Transportes de Mesquita, na Baixada Fluminense. O caso ocorreu no dia 25 de abril e o jovem relata que pelo fato de estar vestindo branco e usando adereços religiosos motivou a situação que na sua opinião é discriminação. “Quando cheguei já me olharam de cara feia (...) umas 9h, chegou o nosso encarregado, olhou para todo mundo e me falou: “O Cleber [Rezende da Silva, Secretário de Transportes] falou que você não trabalha mais aqui””, contou Patric que havia sido contratado no mês de março para exercer a função de apoio operacional. Patric ressalta ter ficado muito constrangido com o fato de o comunicado ter sido feito diante de outros funcionários. Para o rapaz o desligamento foi ocasionado porque estava de branco e com suas guias (fio de contas) para dentro da blusa. A prefeitura nega essa acusação alegando que o motivo da demissão do funcionário foi um histórico de faltas e abandono de trabalho registrados nos dias 7, 12, 18, 19 e 20 de abril. Patric confirmou ter faltado quatro dias, sendo que dois deles eram por problemas de saúde na família. Refutando a afirmação de Patric a prefeitura informou que o desligamento não foi realizado na presença de outros funcionários.

O caso foi registrado na 53ª DP (Belford Roxo) como “injúria por preconceito”, mas o artigo citado foi o 147 do Código Penal que se refere a ameaça. A Polícia Civil informou que o autor do registro pode solicitar a correção do documento sem que isso cause dano a investigação. A pena por injúria varia de um a três anos de prisão. A mãe de santo Arilza dos Santos Rosa lamentou o ocorrido ressaltando que “o rapaz estava feliz porque conseguiu o serviço, estava ajudando a mãe e ao se iniciar no Candomblé aconteceu isso” afirma ainda que ele é o filho mais velho e precisa ajudar a mãe financeiramente. Conhecido no meio espiritual como Ogan Makalé, Claudenilson dos Santos Rosa argumenta que “não há uma organização por parte do poder público para discutir essa questão de intolerância e políticas públicas. Um empregador tem o direito de dispensar o empregado, mas com o devido respeito e não baseado na intolerância”.

Na coluna de Flávia Oliveira do jornal oglobo.com do dia 01 de outubro de 2016 o teor da matéria tem uma natureza de fundo político relacionado aos casos de intolerância. Com o título *Compromisso contra a intolerância religiosa* a coluna traz como cenário a campanha eleitoral municipal de 2016 do Rio de Janeiro marcada pela intolerância religiosa. De um lado o medo legítimo dos devotos das religiões de matriz africana, historicamente perseguidas por sucessivos alcoses, do estado colonial a Igreja Católica, de instituições policiais a cultos neopentecostais. De outro a desconfiança dos que não acreditavam na possibilidade de um homem religioso governar sob o imperativo do Estado laico. O texto aponta que não é sem motivo que o candidato Marcelo Crivella (PRB) causa calafrios em quem não comunga de sua fé. O então líder das pesquisas eleitorais e bispo licenciado da Igreja IURD é sobrinho de Edir Macedo, líder que assentou sua religião no terreno pantanoso da demonização do Espiritismo, Umbanda e Candomblé. Na matéria ainda aparece uma citação ao livro de Edir Macedo “Orixás, caboclos e guias – Deuses ou demônios” que está na origem da bem sucedida IURD. Nos anos de 1990 o livro vendeu três milhões de exemplares.

Retornando a 2016 ainda ocorre Brasil afora a destruição e profanação de terreiros de Umbanda e Candomblé e filhos de santo sendo apedrejados nas ruas. Junto a esse fato que se refere a menina Kayllane aparece uma menção ao serviço federal Disque 100 Direitos Humanos que recebeu 556 denúncias de intolerância religiosa, quase o quádruplo de 2014 (149) com uma média de três ocorrências a cada dois dias. Na semana derradeira do primeiro turno a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa que reúne entidades espíritas, muçulmanas e dos cultos afro-brasileiros, fez

um convite aos candidatos a prefeito do Rio para assinarem uma “Carta compromisso com os direitos humanos contra a violência, o racismo e a intolerância religiosa”. Consta que o documento de três páginas cita artigos da Constituição, do Código Penal e de leis contra preconceito religioso, violência homicida, de gênero, LGBTfobia e racismo. A matéria faz um apanhado da lista de medidas que o candidato, se eleito, se compromete a adotar: não interferir na aprovação de leis que criminalizem agressões por gênero, orientação sexual, religião ou raça; defender a liberdade de manifestação religiosa; atender as vítimas de intolerância; viabilizar o ensino de cultura e história afro-brasileira nas escolas da rede municipal; instituir a Secretaria municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades. Dos candidatos à eleição quatro aderiram: Crivella (PRB), Carlos Osório (PSDB), Jandira Feghali (PC do B) e Marcelo Freixo (PSOL). Para o Babalaô Ivanir dos Santos, presidente da comissão, “foi um fato político de grande relevância a assinatura desse compromisso, em particular por Marcelo Crivella”. Ao final a matéria ressalta a questão do comprometimento com essas assinaturas. Nem todo candidato realiza o que promete ou cumpre o que assina, mas o documento firmado, no futuro, vai ajudar a determinar se quem temeu pela liberdade de credo e pela perda de direitos civis acertou ou errou.

Novamente o aumento das denúncias de casos de intolerância religiosa aparece em uma reportagem do portal g1.com no dia 22 de novembro de 2016. No título *Nº de casos de intolerância aumenta 300% na BA, segundo MPE* já aparece um aumento significativo do número de casos. Em 2015 o registro foi de 13 casos enquanto em 2016 foram 56. O Ministério Público Estadual da Bahia (MPE-BA) disse na ocasião que os casos resultaram em inquéritos policiais, denúncias e acordos. Os números foram registrados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Discriminação (GEDHDIS) que faz parte do Ministério Público Estadual da Bahia. O aumento foi de 300% em relação ao ano anterior. O MPE-BA informou através de uma nota que foram computados 13 casos em 2015 enquanto que em 2016 foram registrados 56 casos. Segundo o Ministério Público os casos registrados resultaram em instauração de inquéritos policiais, denúncias, recomendações e acordos entre as partes envolvidas. Na ocasião do Novembro Negro, mês do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20, o MPE-BA expediu aos promotores de justiça e as instituições públicas e privadas, uma nota técnica que orientava sobre a imposição de limites sonoros durante cultos e liturgias de religiões de matriz africana. A promotora de Justiça Livia Santana

Vaz, que coordena o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação (GEDHDIS) relatou que a finalidade era impedir que pessoas ou grupos utilizassem o arcabouço legal de combate à poluição sonora para praticar atos de intolerância religiosa.

Considerações a respeito das notícias

Uma das principais características do jornalismo da web é o imediatismo. As pessoas querem se informar o quanto antes e essa rapidez implica na publicação que pode ocorrer de forma fragilizada por falta de critério jornalístico e até mesmo na propagação da fake news. Em um discurso no dia 20 de fevereiro de 2018 na abertura do segundo dia do 2º Encontro Folha de Jornalismo, Antonio Caño, diretor do jornal espanhol El País, ressaltou que: “Nosso objetivo é criar leitores críticos em relação as nossas próprias informações, reportagens e editoriais, para que se defendam da desinformação; são eles, os cidadãos informados, que devem combater essa praga”.

O monopólio das mídias tradicionais tem encontrado um obstáculo na sua hegemonia que são as mídias alternativas. Ao longo da história a imprensa escrita sempre contou com veículos de grande circulação, mas também com impressos menores que ajudavam a desconstruir as notícias e publicações distorcidas as quais salvaguardavam outros interesses que não o da informação legítima, como ainda ocorre nos dias atuais. Tal fato ocorria de forma mais modesta e em virtude do poderio dos grandes jornais, a imprensa alternativa competia de forma ínfima.

Com o avanço da internet esse cenário se transformou. As mídias alternativas, agora online, ganham visibilidade e alcança um maior número de leitores, gerando um desconforto ao predomínio dos jornais de grande circulação. Essa inserção das mídias alternativas fez com que muitos jornais tradicionais, e que anteriormente dominavam o mercado, perdessem um grande número de leitores amargando um prejuízo financeiro com a queda nas assinaturas e a diminuição no consumo dos jornais impressos implicando até na contração da distribuição e vendagem. O mercado de mídias online ficou acirrado e é ali que se estrutura a corrida na manutenção e na busca de novos leitores. Os jornais de grande circulação ainda mantêm o seu espaço, mas agora com uma concorrência mais horizontal. Mas para isso, mais que publicar é necessário o

comprometimento com a veracidade da publicação. Sobre essas questões, a Professora Marilena Chauí fez uma análise bem interessante em um discurso realizado no dia 27 de agosto de 2012 em um evento para o lançamento da Campanha Nacional pela Liberdade de Expressão realizado no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Em um trecho do seu discurso ela declara que:

O caso mais interessante é, sem dúvida, o do jornalismo impresso. Em tempos passados, cabia aos jornais a tarefa noticiosa e um jornal era fundamentalmente um órgão de notícias. Sem dúvida, um jornal possuía opiniões e as exprimia: isso era feito, de um lado, pelos editoriais e por artigos de não-jornalistas, e, de outro, pelo modo de apresentação da notícia (escolha das manchetes e do “olho”, determinação da página em que deveria aparecer e na vizinhança de quais outras, do tamanho do texto, da presença ou ausência de fotos, etc.). Ora, com os meios eletrônicos e digitais e a televisão, os fatos tendem a ser noticiados enquanto estão ocorrendo, de maneira que a função noticiosa do jornal é prejudicada, pois a notícia impressa é posterior à sua transmissão pelos meios eletrônicos e pela televisão. Ou na linguagem mais costumeira dos meios de comunicação: no mercado de notícias, o jornalismo impresso vem perdendo competitividade (alguns chamam a isso de progresso; outros, de racionalidade inexorável do mercado!). O resultado dessa situação foi duplo: de um lado, a notícia é apresentada de forma mínima, rápida e, frequentemente, inexata – o modelo conhecido como News Letter – e, de outro, deu-se a passagem gradual do jornal como órgão de notícias a órgão de opinião, ou seja, os jornalistas comentam e interpretam as notícias, opinando sobre elas. Gradualmente desaparece uma figura essencial do jornalismo: o jornalismo investigativo, que cede lugar ao jornalismo assertivo ou opinativo. (CHAUÍ, 2012).

Todas essas matérias realizadas pelo jornal oglobo.com e pelo portal de notícias g1.com são baseadas em fatos reais, trazendo em seus conteúdos informações mais voltadas para estatísticas, registros, pesquisas e entrevistas. Foram ouvidas as vítimas de agressões, a polícia, juízes, Ministério Público, Secretarias estaduais e federais, Pais e Mães de santo, representantes de outras religiões, parlamentares e órgãos públicos ou civis criados para darem suporte à manutenção dos Direitos Humanos, o que colabora para validar tais informações assegurando assim uma maior credibilidade a notícia. Tal fato não propõe que sejam matérias estanques, pelo contrário, a partir dessas informações abre-se uma perspectiva para as discussões e o fomento ao debate em torno do assunto.

Mesmo sendo um conteúdo pequeno, se formos considerar o período, eles nos trazem questões para análises e pesquisas proporcionando uma melhor compreensão do assunto, tendo em vista que todas as partes envolvidas foram ouvidas nas referidas notícias, viabilizando assim um conteúdo mais democrático. Sendo assim, percebe-se a

mudança de comportamento por parte da imprensa se comparado a períodos anteriores já mencionados, demonstrando-se mais imparcial e dando visibilidade e oportunidade de expressão a todos envolvidos. Apontando para a origem dos seus dados, as notícias também se voltam para um campo em que permite ao leitor se inteirar melhor do assunto por ela proposto. Vale ressaltar que todo questionamento referente a uma notícia é válido e a procura sempre pela veracidade de cada conteúdo se faz necessária.

CONCLUSÃO

Infelizmente a intolerância tornou-se uma prática muito usual e de grandes proporções. Alguns membros da sociedade cada vez mais exercem a intolerância valendo-se da prerrogativa política, religiosa, moral ou qualquer ideologia que acreditam validar as suas convicções. Nesse sentido de instituir a “moral e os bons costumes”, agredem tudo que vá de encontro aos seus conceitos e doutrinas. Muitas vezes esses princípios se alicerçam em doutrinas religiosas e tendem a ser propagados como uma verdade que deve ser seguida por todos. Com o aumento expressivo da bancada evangélica no Congresso Nacional, cabe ressaltar a importância do distanciamento entre política e religião para que políticos religiosos não possam legislar em um Estado Laico de acordo com seus dogmas e doutrinas. A política é uma questão coletiva para a organização de uma Nação enquanto que a prática religiosa é uma opção individual e que deve ser preservada.

Os grupos mais afetados com essas ações, denominados minorias (talvez tenhamos que rever esse “minorias”), são os homossexuais, negros, pobres, mulheres e algumas religiões como ocorre com as de matriz africana.

Problemas de intolerância com religiões, como podemos observar nesse trabalho, ocorrem há muito tempo e sempre envolvem supremacia, poder e legitimação. Em muitos casos resultam em subserviência, guerras e mortes. Os conflitos entre o cristianismo e o Império Romano e a difusão pejorativa do termo fundamentalista atribuído ao Islã, oriundo de uma visão ocidental para defender os seus interesses, são exemplos relatados aqui. A propósito foi também o que ocorreu com os negros escravizados quando chegaram ao Brasil e foram proibidos de realizarem seus cultos. Rezam as missas católicas durante o dia e a noite dançavam para seus orixás. Seus

altares foram proibidos e para ludibriar essa imposição, colocavam imagens de santos católicos à frente dos santos que verdadeiramente cultuavam valendo-se assim do sincretismo. A mesma conversão foi estabelecida aos índios através da catequização.

Os neopentecostais buscam seu espaço atacando outras religiões. No caso do enfrentamento com a Igreja católica foram obrigados a recuar com a repercussão negativa após o episódio do chute na santa. Por se tratar de uma instituição com grande representatividade, não seria um bom negócio o confronto. Sendo assim, partem para o ataque aos afrorreligiosos. A fim de garantirem seu espaço, o melhor negócio seria a sua inserção nas camadas sociais mais baixas da sociedade local em que reside um maior número de adeptos das religiões afro. A melhor estratégia para os neopentecostais seria o enfrentamento, então partiram para o ataque.

A perseguição dos evangélicos tenta se justificar através de uma limpeza espiritual que deve ser realizada, já que na sua concepção, os afrorreligiosos são adoradores do demônio e de satanás, causadores dos males que afligem o homem e a sociedade. Atribuem aos deuses afro essa concepção satânica criando no imaginário dos seus fiéis que somente a extinção desses cultos trará a salvação. Antes estimulados dentro dos templos evangélicos, os ataques e os atos de intolerância começam a ganhar as ruas em formas até mesmo de agressões físicas. Seguidores de religiões de matriz africana e templos de cultos afros tornam-se alvos de injúrias e depredações. Tendo o bispo Edir Macedo como seu líder principal, a IURD lidera os ataques em seus programas de televisão entre outros veículos midiáticos que possui.

Com essa chancela bispal, seus seguidores desrespeitam, caluniam e agredem afrorreligiosos. Com o aumento e a gravidade dos casos, esses atos passaram a ser noticiados e obtiveram grande repercussão. Nem as crianças escaparam aos ataques. O simples uso de uma indumentária ou adereço religioso afro motivaram as agressões. Os fatos tratados pela imprensa ajudam a auferir maiores detalhes dessa luta travada entre neopentecostais e afrorreligiosos. Através dessas divulgações foi possível avaliar o aumento de denúncias, boletins de ocorrências, processos judiciais e até mesmo a manifestação do Ministério Público intervindo nessa questão. As instituições que protegem e ajudam a regular as casas de religião afro, encontram-se diversificadas e em âmbito estadual e municipal. Talvez a unificação das instituições em um órgão aglutinador, reforçaria a defesa e a proteção dos cultos afros aos ataques evangélicos.

Mas a luta segue e até o fechamento desse trabalho, foi noticiada uma decisão judicial em que a TV Record teria que dar o direito de resposta às religiões de matriz africana na sua programação. “São 15 anos de luta para garantir que a emissora cumpra a decisão judicial. Mais uma batalha vencida, mas ainda não se sabe quando o direito vai ao ar”, relata o autor. A matéria intitulada *A Rede Record e o direito de resposta às religiões de matriz africana* foi escrita por Pai Rodney que é antropólogo, Babalaô e colunista da revista online Carta Capital onde ocorreu a publicação no dia 06 de março de 2018.

Se formos considerar os rumos que a justiça no Brasil tem percorrido, “com o Supremo, com tudo”, a execução da ordem judicial, se ocorrer, será a passos lentos, bem lentos.

REFERÊNCIAS

- A REDE Record e o direito de resposta às religiões de matriz africana. **CartaCapital**, 06 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-rede-record-e-o-direito-de-respostas-as-religoes-de-matriz-africana>>. Acesso em : 22 maio 2018
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma Sociologia das Interpretações de Civilizações. Primeiro volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. In: Revista Crítica Histórica Ano III, Nº 5, Julho/2012.
- BRAGA, J. **Na gamela do feitiço**. Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **UMA HISTORIA SOCIAL DA MIDIA: de Gutenberg a Internet**. 2ª edição. Editora ZAHAR, Rio de Janeiro, 2006.
- CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. Tradução Israel Belo de Azevedo – 2ª Ed- São Paulo: Vida Nova, 1995.
- CARDOSO, Clodoaldo Meneghello. **Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade**. Bauru-SP. Ed: UNESP, 2003.
- CARVALHO, J. J. 1987. **A força da nostalgia**. A concepção de tempo histórico dos cultos afro-brasileiros tradicionais. Revista Religião e Sociedade, nº 14, vol. 2: 36-61.
- _____. **As artes sagradas afro-brasileiras e a preservação da natureza**. In: Seminário Arte e Etnia Afro-Brasileira. Série Encontros e Estudos 7. (org) Andréa Falcão. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.
- CARVALHO, Sandra. Duelo de Titãs. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jan. 2006, Caderno Mais, p. 4-5.
- COMPROMISSO contra intolerância religiosa. **O Globo**, 01 out. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/compromisso-contraintolerancia-religiosa-20211871>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- CRIANÇA é vítima de intolerância religiosa no Rio. **G1**, 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/crianca-e-vitima-de-intolerancia-religiosa-no-rio.htm>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- DANTAS, B. G. 1984. **De Feiticeiro a comunista; Acusações sobre o Candomblé**. Separata de Dédalo. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 23: 97-115.
- DENÚNCIA de intolerância religiosa cresce mais de 600% em 2012. **O Globo**, 21 jan. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/denuncia-de-intolerancia-religiosa-cresce-mais-de-600-em-2012-7356954>>. Acesso em: 22 maio 2018.

DURKHEIM, Émile. **As formas Elementares da vida Religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves – São Paulo: Martins Fontes, 1996- (Coleção Tópicos).

DREHER, Martin N. **Para entender o fundamentalismo**. São Leopoldo, Sinodal, 2006.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org) *Historia do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

JUIZ não reconhece manifestações afro-brasileiras como religiões. **G1**, 17 maio 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/juiz-nao-reconhece-manifestacoes-afro-brasileiras-como-religioes.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

JR, SILVA Hédio. **Notas sobre sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil**. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org). *Intolerância Religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo, 2007. Edusp: 303-323.

LEVANTAMENTOS mostram perseguição contra religiões de matriz africana no Brasil. **O Globo**, 10 ago. 2014. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/sociedade/levantamentos-mostram-perseguiacao-contrareligioes-de-matriz-africana-no-brasil-13550800>>. Acesso em: 22 maio 2018.

LEWIS, Bernard. **A crise do Islã**. Guerra Santa e Terror Profano; tradução, Maria Lucia de Oliveira – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2004.

LIDÓRIO, Ronaldo A. **Conceituando a antropologia**. Revista Antropos – Volume 3, Ano 2, Dezembro de 2009 ISSN 1982-1050 Disponível em: <<http://revista.antropos.com.br>>. Acesso em: 30 maio 2018.

MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias. deuses ou demônios?** Rio de Janeiro, Universal Produções, 1987.

_____, **O diabo e seus anjos**. Rio de Janeiro, Ed. Gráfica Universal, 1995.

MAGGYE, Yvonne. **Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.

MANDARINO, Ana Cristina de Souza. **(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade**. São Cristóvão: UFS, 2007.

MARILENA Chauí fala sobre o poder da mídia. **Fundação Perseu Abramo**. 03 set. 2012. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2012/09/03/marilena-chaui-fala-sobre-o-poder-da-midia>>. Acesso em 17 jun. 2018.

MISSÃO do jornalismo de qualidade é criar leitores críticos. **Folha de S. Paulo**, 20 fev. 2018. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/missao-do-jornalismo-de-qualidade-e-criar-leitores-criticos.shtml>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

NÚMERO de casos de intolerância religiosa aumenta 300% na BA, segundo MPE. **G1**, 22 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/11/n-de-casos-de-intolerancia-religiosa-aumenta-300-na-ba-segundo-mpe.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

O PERIGO da Intolerância religiosa. **O Globo**, 17 ago. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/o-perigo-da-intolerancia-religiosa-13622751>. Acesso em: 22 maio 2018.

ORO, Ari Pedro. **Intolerância Religiosa Iurdiana e Reações Afro no Rio Grande do Sul**. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. (org). *Intolerância Religiosa*. São Paulo, EDUSP. 2007. p. 29-69.

_____, **Religiões Afro-Brasileiras no Rio Grande do Sul: passado e presente**. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 2002, ano 24, nº 2: 345-384.

_____, **Neopentecostais e Afro- brasileiros: quem vencerá essa guerra?** Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36. Novembro de 1997.

PALOMINO, Juan. **Tolerância e intolerância em América Latina: diagnóstico y propuestas**. In: ENCONTRO SOBRE A TOLERÂNCIA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. Rio de Janeiro/Brasil: UFRJ, 12 a 16/set./1994. 12p. (Mimeogr.)

POLÍCIA apura se intolerância religiosa causou demissão em prefeitura no RJ. **G1**, 06 mai. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-apura-se-intolerancia-religiosa-causou-demissao-em-prefeitura-no-rj.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

RÊGO, Jussara. **Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros da região metropolitana de Salvador, Bahia**. *GeoTextos*, v. 2, n. 2, p. 31-85, 2006.

RIO DE JANEIRO registra mil casos de intolerância religiosa em 2 anos e meio. **G1**, 08 ago. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/rj-registra-mil-casos-de-intolerancia-religiosa-em-2-anos-e-meio.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da (org) “**Prefacio ou Noticias de uma guerra nada particular: Os ataques neopentecostais as religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil**”. *Intolerância religiosa*. São Paulo, EDUSP. 2007. p. 9-27.

_____, **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica**. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 150-175, setembro/novembro 2005.

_____, **Entre a gira de fé e Jesus de Nazaré: relações socioestruturais entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras**. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007.

TADVALD, Marcelo. **Veredas do Sagrado: Brasil e Argentina no contexto da transnacionalização religiosa**. Porto Alegre: Cirkula, 2015. 367 p. Capítulo 5.

_____, **Identidade e diversidade religiosa no Brasil**. Latitude, Vol. 9, nº 2, pp. 175-195, 2015.

_____, **NOTAS HISTÓRICAS E ANTROPOLÓGICAS SOBRE O BATUQUE NO RIO GRANDE DO SUL**. RELEGENS THRÉSKEIA. Estudos e pesquisa em religião V. 05 – n. 01 – 2016.

ZEI, Leopoldo. **Derecho a la diferencia**. In: ENCONTRO SOBRE A TOLERÂNCIA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. Rio de Janeiro/Brasil: UFRJ, 12 a 16/set./1994. 8p.(Mimeogr.)